



Organizadores

Maria Nélide González de Gómez
Rodrigo Rabello





Organizadores
Maria Nélida González de Gómez
Rodrigo Rabello

Apresentação de Lena Vania Ribeiro Pinheiro
Prefácio de Rafael Capurro

Brasília, DF
2017



2017 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
(Ibict)

Editores científicos

Maria Nélda González de Gómez
Rodrigo Rabello

Editor executivo

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Editoras assistentes

Davilene Ramos Chaves
Gislaine Russo de Moraes Brito

Revisão gramatical e visual

Margaret de Palermo Silva

Normalização de referências

Priscilla Mara Bermudes Araújo

Ficha catalográfica

Wilians Juvêncio da Silva – CRB-1/3140

Capa

Rodrigo Azevedo

Projeto gráfico

Mariela Muruga – Projeto gráfico

143 Informação: agentes e intermediação / Maria Nélda González de Gómez e Rodrigo Rabello (organizadores). – Brasília/DF: IBICT, 2017.
397 p.; 23 cm. il.

Coletânea de textos concebida e elaborada como parte das atividades de pesquisa realizadas por Rodrigo Rabello e supervisionadas por Maria Nélda González de Gómez, no âmbito do Programa de Pós-Doutorado do IBICT.

Apresentação de Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

Prefácio de Rafael Capurro.

ISBN: 978-85-7013-107-2

1. Informação. 2. Sujeito. 3. Intermediação. 4. Ciência da Informação. I. González de Gómez, Maria Nélda (org.). II. Rabello, Rodrigo (org.). III. Pinheiro, Lena Vania Ribeiro. IV. Capurro, Rafael. V. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. VI. Título.

CDU: 025.5

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Setor de Autarquias Sul (SAUS) - Quadra 05
Lote 06 Bloco H – 5º Andar
Cep: 70070-912 – Brasília, DF
Telefones: 55 (61) 3217-6360
55 (61) 3217-6350
www.ibict.br

Rua Lauro Muller, 455 - 4º Andar - Botafogo
Cep: 22290-160 – Rio de Janeiro, RJ
Telefones: 55 (21) 2275-0321 Fax: 55 (21) 2275-3590
<http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>
<http://www.ppgci.ufrj.br>

Sumário

Parte I **DO PREÂMBULO**

Agentes, intermediações e institucionalidades: **21**
apontamentos acerca de um mosaico interpretativo no campo informacional

Parte II **DAS PREMISAS PARADIGMÁTICAS**

Sujeito, agência e informação: **43**
tradição e leituras transversais

Parte III **DOS SUJEITOS DA INFORMAÇÃO**

Sujeito e agência informacional: **101**
comportamento, prática e ação

Referentes teóricos y dimensiones aplicadas en el estudio del usuario de la información **153**

Práticas informacionais: **195**
novo conceito para o estudo dos usuários da informação

Parte IV **DAS INTERMEDIÇÕES**

Ciência, tecnologia, política e comunicação: **239**
o desafio da ação comunicativa dos museus ante as novas formas de produção e distribuição do conhecimento

Parte V **DAS TRANSVERSALIDADES**

Apropiación y uso de la información y del conocimiento en el contexto de las ecologías informacionales **313**

Consumo e uso da informação na Web: **355**
pragmática informacional na modernidade líquida

Ciência, tecnologia, política e comunicação:

o desafio da ação comunicativa dos museus ante as novas formas de produção e distribuição do conhecimento

Luisa Maria Rocha

O campo temático do meio ambiente será objeto desta reflexão tanto por este envolver, na atualidade, a articulação da ciência, tecnologia, política e gestão, quanto por ser uma questão social voltada a uma integração que possibilite novas relações homem-natureza. Na medida em que o patrimônio ambiental não existe fora do conhecimento e da avaliação do estado dos recursos naturais e dos processos invisíveis, esta análise recai nos modos desta articulação no âmbito da comunicação em museus, em particular nas regras de legitimação e autoridade da produção social do conhecimento que institucionaliza disciplinas, especializações e campos. Os museus têm seu alinhamento conceitual de acordo com o modo de produção e difusão do conhecimento decorrente da temática a ser tratada e, ao mesmo tempo, da sua relevância e pertinência na sociedade, como um espaço social onde circulam conhecimentos, decisões e ações que fazem sentido para os diferentes grupos. Para tal, discutir-se-ão os conceitos de “regime de conhecimento” de Werner Rammert, de “representação” de Bruno Latour, de “mediação” de Jean Davallon e de “informação” de Maria Nélide González de Gómez.

As mudanças na produção, disseminação e apropriação de conhecimentos têm um papel central nos processos comunicacionais das instituições voltadas para as relações ciência e sociedade.

Se na sociedade moderna, a racionalização, a explicitação e a codificação científica do conhecimento caminharam para os processos funcionais, nos quais as tecnologias digitais demandavam a padronização e formalização das informações, na sociedade contemporânea o conhecimento passa a ser produzido distributivamente em redes heterogêneas, nas quais as relações produtivas têm como esteio a informalidade e a confiabilidade. Estas características têm seu reflexo nos processos de construção das ações comunicativas dos museus, onde pessoas, pesquisas, objetos, instrumentos e máquinas participam de uma composição temática com o fim da promoção de integração social mediada pela linguagem e pela experiência de participação reflexiva com vistas à ação no mundo.

Entretanto, a organização do conhecimento dos museus, sob o ponto de vista comunicacional das exposições, tem seu alinhamento conceitual vinculado ao campo da museologia, mas também têm que lidar, em termos de conteúdo específico, com o modo de produção e difusão do conhecimento decorrente da temática a ser tratada. Tal situação traz maior compromisso da museologia em garantir a relevância e pertinência do conteúdo apresentado para a sociedade, gerando um espaço social de conhecimento e de experimentação onde circulam saberes, decisões e ações que fazem sentido para os diferentes grupos, o que os transforma em agências de inovação.

Neste sentido, a reflexão sobre os modos de articulação entre as esferas da ciência, tecnologia, política e comunicação no âmbito dos museus não pode prescindir da discussão sobre as regras de legitimação e autoridade de produção social do conhecimento que institucionaliza disciplinas, especializações e campos temáticos. No âmbito de museus, a reflexão sobre a temática central que o define se faz necessária tanto nas formas específicas que um campo produz, integra e dissemina seu conhecimento quanto nos modos de coordenação e apropriação para fins comunicacionais.

Neste caso, o campo temático do meio ambiente será objeto de reflexão tanto por ele, na atualidade, envolver uma operação de ciência, tecnologia, política e gestão, na medida em que o patrimônio ambiental não existe fora do conhecimento e da avaliação do estado dos recursos naturais e dos processos invisíveis, quanto por ser uma questão social. A última compreende as relações entre os humanos e os recursos naturais e os aspectos tangíveis e intangíveis da própria natureza humana, na qual pode sobressair a elaboração pelos sujeitos sociais de uma integração que possibilite novas relações homem-natureza, contemplando as suas múltiplas e complexas expressões e configurações. Desta forma, conceitos como representações sociais, esfera pública e patrimônio serão trabalhados sob o ponto de vista da área de ciências sociais e humanas.

No âmbito da mediação, noções como produção, coordenação e governança distributiva serão cotejadas à luz dos processos de mediação e comunicação em museus. Analisaremos o conceito de “terceiro simbolizante” a partir de Jean Davallon, e chegaremos à proposição de outros modos de mediação nos museus baseados em processos

múltiplos e fragmentados de redes heterogêneas. Ainda nos deteremos sobre a análise da informação ambiental produzida tanto nas esferas especializadas do conhecimento quanto naquelas estratégicas, de caráter econômico e político. Abordaremos este tema sob o ponto de vista da comunicação museológica que se ancora tanto na dimensão material quanto pragmática. Pois, na informação, se a sua dimensão material com seu conteúdo objetivado e mensurável possibilita a compreensão tanto do estado do conhecimento dos recursos naturais quanto dos conflitos políticos-territoriais, tornando-se efetiva nas esferas científicas e governamentais, a sua dimensão pragmática pressupõe um valor da informação partilhado pelos participantes e a possibilidade de ter um significado na sua ação no mundo.

Por fim configuraremos tanto o plano metainformacional dos museus, com a acumulação e gerenciamento de valores de informação, quanto o plano comunicacional, com a tentativa de enriquecer seu discurso com diferentes jogos de linguagens e negociações das práticas do mundo da vida, a fim de configurar uma “zona de mediação”, onde a heterogeneidade de agentes sociais de distintas culturas discursivas configura um quadro complexo que implica o acionamento de uma razão prática que se desdobra no seu uso pragmático, para além da dimensão epistêmica da razão.

Os regimes de conhecimento e os estilos de conhecer

As mudanças de conhecimento envolvem tanto o regime de produção de conhecimento quanto o estilo do conhecer a ser cultivado. Segundo Rammert (2004b, p.1), o “regime de conhecimento” é constituído

pela relação específica entre a diferenciação da dinâmica de inovação científica, industrial e política e sua conseqüente institucionalização. Neste sentido, o surgimento de um novo regime de conhecimento torna possível identificar novos padrões de coordenação, mediação, integração social e difusão dentro e entre os três domínios de produção de conhecimento, além de analisar se eles têm um conjunto coerente de “regras do jogo”. Para o autor, os regimes de conhecimento “[...] diferem um do outro sob dois aspectos: qual o tipo de conhecimento privilegiado e como a produção, distribuição e uso do conhecimento são institucionalizados”.

Na perspectiva de Rammert (2004b, p.14), a sociedade moderna é caracterizada pelos processos de racionalização, explicitação e codificação científica do conhecimento, uma vez que precisa dar conta da diversificação do conhecimento produzido, como as leis da ciência, os procedimentos da tecnologia e os planos de negócios da economia. A própria tecnologia da informação com suas funções de processamento, produção, distribuição e reprodução de informações intensifica os processos de explicitação e formalização de conhecimentos.

Nas sociedades modernas, modernização significa explicitar cada vez mais as relações intrínsecas entre meios e fins e reorganizar as ações sob os imperativos de progresso, contabilidade e eficiência. O conhecimento explícito, como as leis escritas e codificadas, a contabilidade econômica ou explicação científica, é privilegiado em comparação com todos os tipos de conhecimento não-explícitos, como as tradições de jurisdição, a intuição econômica, a experiência técnica e as regras práticas. Formalização, codificação e explicitação científica marcam a sociedade moderna sob o aspecto cognitivo, assim como a especialização funcional sob o aspecto institucional. (RAMMERT, 2004b, p.15).

Esses processos geraram padrões de especialização funcional das esferas, valores e instituições que, se por um lado, aumentaram a produtividade científica, por outro, estabeleceram em cada esfera uma orientação autorreferencial que segue seu próprio código, com um sistema de auto-organização relativamente autônoma diante das demandas externas. Apesar dessa semelhança, a ciência, a tecnologia e a economia diferem sob o aspecto de sua contribuição especializada para a reprodução da sociedade, tanto no âmbito da ação quanto do conjunto de orientações. Soma-se a elas a esfera política, de grande importância para os gestores da ciência e das instituições de financiamento, estilos de gestão e estratégias consistentes para políticas institucionais.

Sob o ponto de vista dos padrões de coordenação, a estratégia adotada foi a manutenção de linhas de produção especializada entre as disciplinas científicas, a indústria e os domínios políticos. Um modelo de padrão combinava as diferentes contribuições em uma ordem sequencial. Esse regime de produção complementar e especializada de conhecimento surgiu como uma resposta institucional a esse tipo funcional de diferenciação social (RAMMERT, 2004b).

Contudo, o regime de produção de conhecimento se viu desafiado pelas demandas externas de resolução de problemas transdisciplinares que exigiam outros padrões de coordenação que propiciassem processos colaborativos entre as diferentes esferas. Isto gerou o surgimento de novos padrões de produção do conhecimento científico dentro e fora do campo acadêmico, como evidenciado pela mistura de culturas epistêmicas nos laboratórios, a rede de pesquisadores debruçada sobre os problemas da humanidade, o cruzamento de fronteiras disciplinares em torno de pesquisas de tecnologia ou ainda as comunidades interorganizacionais de práticas.

Como esclarece Rammert (2004b, p.4):

Mas no curso de especialização do conhecimento, a globalização da produção de conhecimento, e a aceleração do ritmo do tempo da inovação levaram a problemas inesperados de sincronização e ajustamento mútuo. [...] o modelo padrão de inovação é, em alguns lugares, dividido em pedaços. Os fragmentos dispersos são então colocados juntos, como um mosaico heterogêneo de inovação. Todas essas mudanças [...] revelam um padrão comum que indica o surgimento de um tipo fragmentário de diferenciação social e de um regime fragmentário afiliado da produção de conhecimento distribuído.

Aos poucos, desenvolveu-se um modo transdisciplinar de produção de conhecimento caracterizado pela “fragmentação”, operando a partir de um processo distributivo entre uma grande variedade de agentes²⁷ de diferentes esferas e lugares, agira reunidos na rede. A heterogeneidade destes agentes demandou um modo particular de coordenação e uma resposta institucional adequada para as questões suscitadas por uma distribuição fragmentária de pesquisa e ação (RAMMERT, 2004b).

Um tipo fragmentário de diferenciação social surge dividindo um todo heterogêneo em partes que parecem incluir quase a mesma mistura de elementos, como agentes humanos e instituições das diferentes esferas: científica, tecnológica, econômica e política. Um exemplo são os programas do campo temático do meio ambiente, que necessitam de métodos diferenciados de investigação científica e tecnológica e de diferentes tipos de conhecimento para subsidiar as análises socioeconômicas de risco ambiental, os procedimentos de conservação de áreas verdes ou ainda fundamentações legais e teóricas para as tomadas de decisões políticas.

²⁷ Agentes: humano e material.

Assim, como afirma Rammert (2004b, p.5), o novo tipo fragmentário traz o que está enraizado nas combinações de fragmentos de conhecimentos e competências heterogêneas, onde a qualidade dos resultados só pode ser assegurada por grupos de peritos heterogêneos e culturas epistêmicas mistas.

Nesse sentido, o meio ambiente não pode ser visto como uma disciplina fechada e unificada, ou como uma parte funcionalmente especializada de uma disciplina, mas como um campo transdisciplinar flexível de peças heterogêneas de conhecimento e competência onde a produção é distribuída sobre os campos heterogêneos de pesquisas (RAMMERT, 2004b).

Os campos de produção de conhecimento distribuídos ganham certa estabilidade ao desenvolverem práticas comuns na fronteira das atividades entre as disciplinas, denominada por Galison²⁸ (1997) “zona de troca”, além de compartilhar uma linguagem comum híbrida como tipo de comunicação. Nessa “zona de troca” não somente se estabelece o intercâmbio de teorias, mas também de instrumentos científicos e tecnológicos que, uma vez transferidos, podem desencadear um novo campo de investigação tanto na disciplina quanto entre as comunidades transdisciplinares.

No âmbito disciplinar, o cruzamento de fronteiras também altera o padrão hierárquico de cooperação interdisciplinar, essencialmente definido a partir da perspectiva de uma disciplina principal, para

²⁸ O físico Peter Galison (1997) elaborou o conceito de “zona de troca” para definir a interação entre integrante e numa ação que coordena as crenças. Galison estuda como essas zonas de coordenação funcionam numa colaboração entre ciência e tecnologia. Para tal, analisou a dinâmica das “zonas de troca” na física, mostrando que construtores de instrumentos, teóricos e laboratoristas reúnem-se para partilhar conhecimentos e coordenar os diversificados elementos da cultura científica: teorias, máquinas, evidências e argumentos.

um mais fluido e heterogêneo, alinhado com o padrão fragmentário de um campo mosaico com alternâncias entre os polos cooperacionais (RAMMERT, 2004b). Um exemplo citado pelo autor refere-se à previsão do tempo que, de uma especialidade da física termodinâmica, passou a combinar campos heterogêneos pela perspectiva ampliada de pesquisa climática, com aportes da paleoclimatologia e da tecnologia de simulação computacional.

Em um novo regime, esses cruzamentos de fronteiras implicam uma “zona de troca” entre sistemas especializados de diferentes esferas produtivas, como a academia, a indústria e o governo, além daqueles de difusão do conhecimento, como é o caso dos meios de comunicação e dos museus. Nessa “zona de troca”, pode-se perceber inclusive grande diversidade e complexidade sob os aspectos de elementos e relações estabelecidas entre as diferentes esferas. Nos campos que necessitam de agentes e unidades heterogêneas, como a biotecnologia ou o meio ambiente, as relações são flutuantes e as trocas, realizadas em sua maioria nas redes, se apóiam nas relações de confiança. Nesta lógica, a função de gestar ações de pesquisa, ensino, patentes industriais e empresas não pode prescindir do acoplamento de partes fragmentadas, por curto período de tempo, e de uma integração por uma coordenação interativa, composta por participantes heterogêneos “integrados por arenas” (RAMMERT, 2004b, p. 12).

No âmbito da difusão de conhecimento, reafirma-se a prática da “ágora híbrida”, onde não mais se separam os debates científicos dos públicos, e estes passam a constituir verdadeiros “espaços de transição” entre ciência e política, dando lugar a uma “[...] experiência socialmente distribuída” (RAMMERT, 2004b, p.12).

Esses dois regimes de conhecimento, especializado e fragmentário, podem ser encontrados tanto em disciplinas científicas clássicas quanto em campos de pesquisa interdisciplinar. A atribuição de um regime ou outro depende da intensidade e escala de contextos heterogêneos colocados em interação na produção de conhecimento. No campo tecnológico, Rammert (2004b, p.12) destaca a forte interação entre desenvolvedores, produtores e usuários, configurando um “regime híbrido” no qual os diferentes padrões e valores estão misturados.

Diante da fundamentação teórica de Rammert sobre os regimes e estilos de conhecimento nos propomos a analisar os padrões de coordenação, mediação, integração social e difusão nos museus, mais especificamente naqueles que têm como objeto o campo temático do meio ambiente. Esta análise tem como base conceitual da área de museologia e meio ambiente o livro *L'environnement entre au musée*, escrito por Jean Davallon, Gerald Grandmont e Bernard Schielle, no ano de 1992, no qual os autores propõem uma “museologia de relações” com base na constituição de um espaço público configurado pela articulação da ciência, da política e da mídia em torno de um meio ambiente socialmente definido.

A articulação ciência, tecnologia, política e comunicação nos museus

A institucionalização de um campo disciplinar do conhecimento envolve o processo de formação de acervo o qual, ao ser musealizado pelos processos de conservação, documentação, pesquisa e comunicação, estabelece uma rede de intercâmbio científico, tecnológico, político e comunicacional, e subsidia um discurso museológico próprio que tende a espelhar as fronteiras deste campo. O mesmo processo ocorre na institucionalização de um campo temático como o meio ambiente e,

de modo similar, seu eixo estruturante reflete um momento histórico e político de consolidação de agendas nacionais e internacionais, mas agora sobre uma temática transversal que permeia as relações científicas, tecnológicas, produtivas, sociais e culturais, forjadas historicamente nas relações entre ciência, Estado e sociedade.

Contudo, ao contrário de institucionalizar estruturas paradigmáticas ou delimitar fronteiras do conhecimento, o meio ambiente aponta para um domínio mais amplo de produção de conhecimento, estruturado a partir de um conjunto de temáticas relacionadas à preservação da vida no planeta ancoradas em “[...] dimensões significativas da vida e do ser social, junto à rede complexa de agentes, relações, atividades, meios e recursos que intervêm em sua realização” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.73).

Nesse sentido, Jean Davallon, Gerald Grandmont e Bernard Schielle (1992, p.34), a partir da ideia de um destino coletivo incerto e de um sentimento de urgência nas questões relacionadas ao meio ambiente, apontam para a necessidade de entrar para o domínio do conhecimento, da ação e do discurso exercido pela articulação das esferas da ciência, da política e da comunicação, que aposta na configuração de um “lugar” social pautado nos fluxos de comunicação entre ciência, Estado e sociedade, estimulado pela participação pública na discussão ambiental.

Ao estabelecer tal relação no âmbito dos museus, eles fornecem subsídios para reconfigurar os próprios elementos articulados constituindo uma nova abordagem museológica. De nossa perspectiva, essa articulação aproxima-se do conceito de representação de Bruno Latour, no qual o termo representação contém triplo sentido: a representação social, a representação das questões de preocupação de um mundo comum e a representação como composição ou mediação.

No primeiro sentido, destaca-se a importância dos procedimentos de legitimação e autoridade sob o ponto de vista de regras que possibilitem a agregação de diferentes perspectivas legitimadas em torno de uma questão. No segundo, lida-se com a representação das questões do mundo, procurando-se integralidade e precisão nas perspectivas abordadas que evidenciem a própria dinâmica de representação de um coletivo. A terceira referencia a própria forma de articular as três instâncias de representação: quem, o que e como. A composição constitui um dos significados do conceito de mediação e guarda estreita relação com o trabalho de construção de uma abordagem museográfica, que em nosso caso será enfocada a partir da temática do meio ambiente (LATOURE, 2004, p.384).

Nos espaços públicos as questões ambientais são representadas, autorizadas, legitimadas e trazidas à luz dentro de um conjunto relevante, suscitando diferenças e disputas que podem reconfigurar as três instâncias de representação, já que se repactuariam os procedimentos de autoridade e legitimidade, as questões caracterizadas pelas 'causas', ou seja, a *res* que congrega o público à volta, e a medição ancorada entre o conhecimento e a ação, a ciência e a sociedade, o singular e o plural.

Quem: as regras de legitimidade e autoridade

“...um espaço público, um espaço social onde conhecimentos, decisões e ações fazem sentido de acordo com pontos de vista que transcendem e incluem os científicos, os decisores, os grupos de pressão ou as empresas”. (DAVALLON et al., 1992, p.85, trad. nossa)

Os museus têm papel tradicional significativo na legitimação e consolidação de áreas do conhecimento, em particular no âmbito disciplinar, uma vez que o processo de musealização tem cunho estratégico sob o ponto de vista institucional, epistêmico e social. Ao adotar determinado regime de produção e difusão do conhecimento, os museus fortalecem uma ou mais perspectivas do conhecimento e estabelecem redes colaborativas sociais e científicas.

Assim, os museus constituem um “lugar” privilegiado para compreensão da institucionalização de determinadas configurações do saber nas sociedades, pois o processo de musealização envolve um olhar coletivo que recorta um objeto de seu contexto social, político e cultural e o insere numa rede institucionalizada de práticas culturais com a intenção de sua permanência. Assim, trata-se de uma “[...] construção contextualmente específica que guarda as marcas de uma contingência situacional, e que não pode ser adequadamente entendida sem uma análise [...]” (KNORR-CETINA, 1981).

Em função da extensa cadeia de produção e difusão do conhecimento nos museus e por ser o tema “meio ambiente” de domínio mais amplo, compreendemos a demanda pela reconfiguração de um processo de construção do conhecimento museológico – conforme proposto pelos autores citados em epígrafe.

Evidenciar as marcas da institucionalização de uma área do conhecimento demanda refletir sobre os procedimentos de legitimação e autoridade sob o ponto de vista de regras que possibilitam a agregação temática de diferentes perspectivas em torno de determinado espaço e tempo e, portanto, regras que guardam estreita relação com as formas contemporâneas de produção social do conhecimento.

Assumimos, então, a importância de uma reflexão sobre o regime e os procedimentos de construção do conhecimento, uma vez que afetam não apenas a produção do conhecimento museológico como os processos de mediação comunicacional, todos com impacto nas questões de autoridade, validade e relevância da informação nos museus. Dentre as questões de produção de conhecimento apontadas por Rammert (2004a) e González de Gómez (2005), destacaríamos duas que têm reverberação na produção e difusão do conhecimento museológico: “[...] a relação entre o conhecimento formalizado em proposições e processos discursivos de argumentação e o conhecimento tácito ou incorporado” e a “[...] crescente importância de conhecimentos que requerem em sua produção e julgamento a participação de mais de uma comunidade de pares, organizações e por vezes, atores que não pertencem aos domínios científicos, como em muitas formas dos conhecimentos produzidos em rede” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2005, p.7).

Essas questões adquirem maior complexidade quando se leva em conta o campo denominado “meio ambiente”, o qual ainda se encontra em processo de constituição e legitimação, e demanda uma heterogeneidade de tipos de conhecimento, especialistas e técnicos reunidos por um princípio “semântico-territorial” em torno de “famílias de problemas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.73), ou ainda em “missão orientada” (RAMMERT, 2004a, p. 89).

Seguindo essa direção, a produção dos museus envolve rastrear a geração do conhecimento científico e tecnológico acerca de uma temática que busca evidenciar as teorias, práticas e experiências socialmente compartilhadas por cada grupo de pesquisadores, bem como o conhecimento tácito ou incorporado para revelar os diferentes “solos” culturais que fundamentam suas produções.

Essa ação se torna de grande relevância em função da complexidade das questões que envolvem o “meio ambiente”. Elas não se resolvem nem com “últimas palavras” nem com “verdades incontestes”, mas abrigam em seu cerne a noção de incertezas, evidenciando que o conhecimento científico pode ser insuficiente para compreender todas as alternativas possíveis para prever os efeitos de certas decisões e para formar uma ação racional. Assim, caberia aqui ampliar o escopo de abrangência do processo de produção do conhecimento museológico, evidenciando os caminhos e os solos dos quais se originam, por vezes, perspectivas conflitantes que caracterizam questões complexas que tendem a ser reduzidas para um ponto de vista dominante em detrimento dos outros (CALLON; LASCOUMES; BARTHER, 2009, p.16).

Assim, ao expor o que Wittgenstein denomina “formas de vida” ou “jogos de linguagem”²⁹ das comunidades científicas, estamos evidenciando as regras, convenções e objetivos próprios das teorias e práticas científicas e tecnológicas. Contudo, no âmbito comunicacional, exibir espacialmente as relações e articulações a respeito de um “problema ambiental” demanda uma nova cartografia de saberes, que a despeito de ter ações impulsionadas pelos princípios paradigmáticos e corporativos, deve contemplar novos conceitos e meios de produção e difusão do conhecimento.

Na análise de Werner Rammert (2004a), a complexidade da produção do conhecimento da sociedade contemporânea, quer seja pela multiplicação e dispersão dos lugares de produção e pelo uso do conhecimento explícito e não explícito, quer seja pela multiplicidade de atores institucionais e de

²⁹ Os diferentes contextos de uso com seus objetivos específicos e significados diversos são definidos por Wittgenstein como ‘jogos de linguagem’. Como o autor (1979, §23, p.18) menciona: “O termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar de uma linguagem é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (apud ROCHA, 2008, p.204).

redes construídas para interação, demanda a criação de novos mecanismos de coordenação baseados numa política de conhecimento que assegure uma infraestrutura institucional para o seu crescimento.

As formas modernas da produção social de conhecimentos têm como princípio a diferenciação funcional, e como instância os subsistemas ou as unidades funcionais integradas a partir de um regime complementar e especializado de produção ancorado na divisão disciplinar do conhecimento e na separação das esferas de ação em subsistemas, como o econômico, o político e o científico (RAMMERT, 2004a).

Esse regime moderno estaria convivendo com formas de produção elaboradas a partir de diferenciação fragmentada, na qual

[...] os conhecimentos são produzidos em redes longas e heterogêneas, onde não existe necessariamente um núcleo central e unificador da formulação conceitual e normativa, mas onde teorias, modelos, metodologias e critérios de validade são gerados em vários pontos da rede de forma distribuída. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2005, p.8).

No novo regime de produção de conhecimento heterogeneamente distribuído, as instituições funcionais especializadas e as disciplinas científicas permanecem como instâncias de produção no pano de fundo da sociedade fragmentada, mas a cada dia perdem espaço para as formas de organização em rede, de transdisciplinaridade epistêmica e da comunidade de peritos. Nessa produção crescem as pesquisas científicas por “missão orientada” nas quais a qualidade não está associada aos limites disciplinares, mas à articulação dos grupos heterogêneos de peritos e das culturas epistêmicas³⁰ (RAMMERT, 2004a).

³⁰ Knorr-Cettina denomina “cultura epistêmica” como “[...] aqueles amálgamas de arranjos e mecanismos – unidos pela afinidade, necessidade e coincidência histórica – que, em determinado campo, constituem a forma como sabemos o que sabemos” (1997, p.8).

Na perspectiva de Michael Gibbons et al. (1994, p.18, 24), um novo modo de produção de conhecimento construído sob a heterogenia e a transdisciplinaridade, criado em “contextos de aplicação” e “[...] caracterizado por um fluxo constante, num ir e vir entre o fundamental e o aplicado”, envolveria a articulação de componentes codificados e tácitos, sendo que a dimensão tácita do conhecimento dos cientistas permitiria reconfigurar o “[...] conjunto diverso dos recursos de conhecimento” disponível nas comunidades de profissionais de acordo com o problema em foco. Nessa linha, tanto os estudos das ciências já evidenciaram que as afirmações científicas, assumidas através dos efeitos dos instrumentos e interpretações de observação empírica, são embebidas em “estilos” de um pensamento coletivo, quanto Michael Polanyi³¹ (1966) definiu o conhecimento tácito como um pensamento ligado e incorporado a um grupo de pesquisadores.

Assim, o regime distributivo de conhecimento compreende a emergência de aspectos implícitos e tácitos do conhecimento como provenientes de processos de “enculturação” na qual os participantes heterogêneos aprendem a reconhecer o conhecimento tácito dos outros, além de desenvolverem uma linguagem compartilhada e na qual encontram uma nova comunidade de prática.

Na visão de Gómez (2007), a transição para uma sociedade do conhecimento encontraria no conceito de cultura epistêmica de Knorr Cettina (1999) um substituto para o de disciplina e não apenas reuniria diferentes especialistas e conhecimentos científicos, mas indicaria “[...] a nova imersão da ‘máquina de conhecimento’ tanto na esfera da

³¹ Na visão de Polanyi, o conhecimento tácito é “espontâneo, intuitivo, experimental, conhecimento cotidiano” (1966, p.82).

produção científica, na esfera produtiva e dos negócios, quanto nos contextos situados dos mundos da vida” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2005, p.8).

Compreendemos que essa transição é marcada por uma sociedade permeada de culturas do conhecimento, que engloba um conjunto de estruturas e mecanismos que servem ao conhecimento e se desdobram com sua articulação (KNORR-CETINA, 1997, p.8). Mais do que isso, os seus desdobramentos vão além e se realizam em arenas transepistêmicas, nas quais se estabelecem diferentes jogos de linguagem em um processo de negociação entre atores que buscam a legitimação e validação dos sentidos da sua produção do conhecimento.

Analisando esse processo de articulação, González de Gómez (2005, p.9) utiliza o termo “autoridade epistêmica distribuída”, para se referir “às condições e possibilidades de articulação social e epistêmica das diferentes culturas de evidência que participam da produção de conhecimento em redes sociais e digitais”.

Esse conceito pode subsidiar uma nova abordagem de meio ambiente pelos museus por permitir a ancoragem numa “zona de mediação” entre o social e o epistêmico, evidenciando a presença de interesses plurais, relações de poder e fragmentação de posições em torno de visões que podem prevalecer sobre pressupostos político-institucionais.

Os museus passam, assim, de uma instância de consolidação de políticas públicas alicerçadas na visão de uma racionalidade de processos que fornece as informações a um indivíduo ou a um coletivo, para importante arena política, marcada por articulações contingentes com o potencial de não somente evidenciar para o coletivo a complexidade dos contextos

de decisão, mas também de impactar a agenda pública. Ainda que de forma diferente do proposto por Davallon, ao assumir o papel de arena política, o museu toma posição.

Na dimensão social, os museus, por seu papel assumido desde 1972 (Mesa de Santiago do Chile), ou seja, aquele voltado para a inclusão social, têm o potencial de resgatar as práticas sociais excluídas ou ocultadas na tentativa de produção de um discurso homogêneo e, muitas vezes, explicitados na proposta de fixação de uma política a partir da ideia de sociedade como campo sedimentado de práticas.

Evidenciando mais uma vez que o processo decisório é contingente, na medida em que o oculto permanece como tal na totalidade, onde reside a própria falta de fundamento último³² externo ao sujeito capaz de sustentar a decisão, a “autoridade epistêmica distribuída” também se inscreve nesta dinâmica em que a hegemonia de determinadas práticas articulatórias é igualmente precária, contingente e ameaçada por novos discursos. Essa operação, quando um significante assume o lugar impossível da totalidade, é denominada por Laclau e Mouffe (2004) “[...] hegemonia contingente e constitutiva”, por não ter referencial em nenhum fundamento *a priori*. Assim, as práticas que nela se estabelecem são movimentos articulatórios que garantem que o lugar vazio do universal siga preenchido e, com isso, mantenha-se o ordenamento do social. Este movimento é caracterizado pela disputa em torno dos sentidos.

³² Na explicação de Macedo & Araújo (2009): “O exterior que garante a suposta objetividade é constitutivo, está inscrito nela, inviabilizando a sua definição como presença. Toda ordem é, portanto, dominada pela indecidibilidade, na medida em que lhe falta um fundamento último. Tudo sempre poderia (e poderá) ser diferente em matéria de política, o processo decisório é contingente”.

Nesse caminho, a subjetividade é um partícipe ativo nos processos decisórios, mas que podem ter seu apoio num conjunto de sentidos decorrentes da articulação contingente dos sujeitos num processo intersubjetivo discursivo. Ao propiciar esses encontros e fomentar a troca de discursos argumentativos originários de diferentes esferas e áreas de conhecimento, os museus inscrevem-se como espaços públicos de construção de práticas sociais que se ampliam na direção de um jogo hegemônico mais justo e ético.

Portanto, compreendemos as instituições públicas como os museus como espaços eminentemente políticos que, em vez de serem vistos a partir de um olhar racionalista, direcionam-se para o pluralismo de valores e para o jogo de disputas discursivas constitutivas das sociedades. A partir de Laclau e Mouffe (2004) e de Rammert (2004a), podemos analisar as ações destas instituições públicas como práticas articulatórias contingentes que, no nosso caso, organizam-se em torno de uma disputa hegemônica pelo discurso acerca do meio ambiente, ao mesmo tempo que procuram plasmar os discursos em jogo no campo social, numa totalidade precária. Assim, a hegemonia pode ser vista como uma categoria analítica, tendo em vista a característica constitutiva da disputa política entre diferentes discursos.

Nos museus, essa visão possibilita uma compreensão mais precisa sobre os processos articulatórios no âmbito da gestão que compreende desde a organização do conhecimento até a sua expressão no processo comunicacional. A própria dinâmica da construção de articulações provisórias inclui o caráter fragmentário e híbrido dos discursos, pois todo fechamento depende de um exterior constitutivo produzido pela equivalência de posições diversas. A produção discursiva dos

textos e representações dos museus depende da articulação em torno de um significante comum a todas essas posições, mas que guarda a singularidade do conhecimento formal e tácito de cada articulador. Um discurso adquire credibilidade, em termos de validade e relevância, quanto mais sua argumentação se estender em variadas direções, contanto que contribua para determinada configuração final (LACLAU, 2000, p.253). Logo, significantes cujos sentidos flutuam tendem a ser mais efetivos no jogo hegemônico, aproximando as posições diferenciais em torno de uma equivalência em relação a algo que lhes é externo. Refletir sobre os processos museológicos nessa perspectiva é considerar a complexidade desse contexto e a irredutibilidade de explicação de suas dinâmicas por concepções racionalistas. Por isso, significantes cujos sentidos flutuam tendem a ser mais efetivos também sob o ponto de vista da comunicação em museus.

Retomando Rammert (2004a), o regime heterogêneo de produção do conhecimento tem como base uma rede distributiva como forma de organização e no seu mecanismo de coordenação. Portanto, essa rede torna-se a unidade sociotécnica relevante de associação em que as fronteiras entre humanidades, ciências sociais e tecnociências são desconstruídas e possibilitam a integração dos subsistemas funcionais na produção do conhecimento, como o econômico, o político e o moral.

A coordenação se torna, assim, o ponto nevrálgico do regime distributivo, uma vez que a aceleração do tempo de produção do conhecimento causa problemas em relação à sincronização dos tempos das diferentes esferas e arenas, demandando uma coordenação de interação contínua e paralela entre os atores e os agenciamentos em diferentes níveis. Reconhecer os diferentes espaços institucionais e seus tempos de desenvolvimento mantendo abertos esses horizontes

constitui um atributo da coordenação apoiada essencialmente no trabalho de mediação (RAMMERT, 2004a).

Ao comparar essa forma de produção de conhecimento com a área de meio ambiente, percebemos algumas similitudes, como a complexidade do objeto de pesquisa em função da multiplicidade de elementos, agentes e relações, a heterogenia em termos da pluralização de perspectivas de atores e contextos institucionais, e o hibridismo proveniente do tipo de foco dirigido ao objeto (RAMMERT, 2004a, p.92). Nessa área ambiental, a questão dos diferentes tempos se mostra sensível aos processos, não mais lineares, mas cíclicos de conhecimento, produção, distribuição e consumo ante a necessidade de sustentabilidade.

A questão do tempo, tão bem explorada por Michel Serres em *O contrato natural* (1991), refere-se a como coordenar os tempos, uma vez que o conhecimento científico manifesto em artigos precisa de alguns anos para sua produção e circulação, a sua aplicabilidade técnica demanda mais uma década de testes e experiências, os projetos políticos estão circunscritos à duração dos períodos eleitorais, os administrativos lidam com o ano fiscal e as mídias têm na notícia diária seu esteio. Se pensarmos no processo do conhecimento e da produção, teremos um tempo mais alargado do que se trabalharmos com os períodos curtos dos tomadores de decisão, como a política, a administração e a mídia. Se pensarmos em mudanças necessárias envolvendo o regime de conhecimento ou mesmo de valores morais e éticos ante a crise ambiental, estaremos nos reportando a uma ou mais gerações. Estas considerações servem para colocar em perspectiva o desafio e a complexidade que a sociedade enfrenta, no presente, em relação às decisões sobre um patrimônio ambiental capaz de sustentar a vida humana no planeta.

O que: meio ambiente e sociedade

“A sensibilidade ecológica é um modo de pensar e de representação caracterizado pela pesquisa das relações entre as pessoas e o planeta, e cruza todos os campos da sociedade: domínio político, administrativo, grupos de interesse, negócios, economia, direito, etc.”
(DAVALLON et al., 1992, p.32, trad. nossa)

A sociedade contemporânea demanda de cada cidadão a compreensão de problemas complexos que desafiam a nossa vida. Convocado a se pronunciar sobre questões científicas e tecnológicas e as consequências de suas decisões, o cidadão se vê desafiado diante do conhecimento, das competências e habilidades necessárias para se posicionar ante as relações socialmente construídas com o meio ambiente.

Sem os repertórios adequados para lidar com a diversidade política e cultural associadas ao conflito de interesses entre os diferentes atores e grupos sociais, torna-se clara a importância do discurso da cultura científica, mas também de outros discursos, ideias, questões e representações sociais sobre meio ambiente, ou aquilo que Davallon et al. (1992) denominam “sensibilidade ecológica”.

Contribuindo para a formação de grandes quadros de inteligibilidade, capazes de subsidiar a compreensão, escolha e orientação nas ações da sociedade, as representações sociais adquirem sentido quando olhadas numa totalidade significativa, que tanto regem a relação com o mundo e os outros, como orientam e organizam a comunicação social.

O tema “meio ambiente” não se refere apenas a “coisas da natureza” – elementos visíveis (mineral, animal, plantas) – mas também de outros “invisíveis” definidos pelas relações, pelos processos, pelas trocas, pelo

fluxo de matéria e energia e suas dinâmicas e estratégias (DAVALLON et al., 1992, p.54). Trata-se de um “ser social” que se define através de questões ambientais colocadas e confrontadas em todas as esferas da vida. Faz-se necessário ampliar o campo do meio ambiente para que contemplem as inter-relações do natural com o social. Isto porque o meio ambiente possui outra dimensão social e humana, que não se refere à existência e ao conhecimento das coisas do mundo, mas permeia as relações do homem com a natureza.

As temáticas ambientais entraram nos museus de história natural em consonância com as transformações das disciplinas científicas relacionadas à natureza. Contudo, o olhar das ciências naturais não contemplava a complexidade das questões ambientais, motivo pelo qual Fortin-Debart (2003) afirma que os museus devem ir além desta abordagem para integrar um olhar sociocêntrico do meio ambiente. Neste, a dificuldade reside em como “[...] abrir a ciência às preocupações sociais, éticas, políticas”.

Alguns desses caminhos já foram apontados no âmbito do regime de conhecimento, suas regras e autoridade, outros mais afeitos às questões intrínsecas à constituição na relação homem/natureza encontram-se no próprio processo de representação desta relação no mundo e, portanto, estão associados com as controvérsias que envolvem as diferentes representações, atitudes, valores e ideologia dos protagonistas (SAUVÉ, 1997). Na perspectiva de Sauvé (1997) e de Fortin-Debart (2003), para se trabalhar nos museus com uma forma o em meio ambiente que aporte conhecimento e competência científica, técnica e metodológica, necessariamente este deverá estar integrado “[...] às dimensões éticas e sociais do meio ambiente, ou seja,   capacidade de reflexão que permita

clarificar os valores subjacentes a qualquer escolha da estratégia ambiental” (CROIZIER; GOFFIN, 1998-1999, trad. nossa). Contudo, o que significa este desafio no mundo atual?

Passados 20 anos desde que Davalon et al. escreveram *L'environnement entre au Musée* (1992), o agravamento da crise ambiental pode ser notado na multiplicação e ampliação de problemas como a aceleração da perda da biodiversidade, a poluição dos ambientes, a devastação das florestas, além de outros desafios relacionados à água e à energia.

No bojo do enfrentamento dessas questões, o tema do meio ambiente cruzou as fronteiras do conhecimento e do território, entrou nas agendas da política internacional e passou a influenciar a configuração geopolítica mundial. O binômio conhecimento e território ganhou especial relevância no jogo do poder mundial em função tanto dos processos capitalistas de produção de bens de consumo quanto dos estoques de recursos naturais, disponíveis territorialmente, capaz de sustentá-los.

No âmbito do desenvolvimento sustentável, parece que o desafio continua sendo o de integrar de forma equânime seus três pilares: as dimensões ambiental, econômica e social. Contudo, os próprios modelos atuais de desenvolvimento têm gerado o oposto do almejado, ou seja, problemas em todos os pilares, como a perda de biodiversidade e a degradação social. Na conferência Rio+20, em junho de 2012, foi adotado pelo Brasil o termo “economia verde inclusiva”, reforçando o trinômio “crescimento”, “inclusão social” e “proteção da natureza”.

Entretanto, as noções de desenvolvimento e crescimento vêm constantemente sendo questionadas não apenas por estarem embebidas por uma visão colonizadora impregnada de uma ideologia de progresso em ciência e tecnologia, mas, sobretudo, pela impossibilidade de termos

uma “equanimidade”, em qualquer dos trinômios que adotemos, diante da exigência de um padrão de industrialização e consumo que, na visão de muitos, é insustentável.

Se, para Leff (2001), a complexidade dos problemas ambientais aponta para a necessidade de mudanças no regime de conhecimento, de valores e de comportamento vigentes na sociedade, a mesma complexidade, para Jacobi (2003, p.191), abre a oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para apropriação da natureza, para um processo educativo articulado comprometido com a sustentabilidade e a participação apoiada na lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas do saber. Ambos convergem para a necessidade de questionar valores e premissas que norteiam as atuais práticas sociais.

Nessa direção, a noção de “sustentável” teria que contemplar as dimensões socioculturais, as relações de poder existentes e as limitações ecológicas crescentes. Atualmente, as discussões relacionadas à questão da biodiversidade estão presentes nas agendas científicas e políticas e têm profunda relação com o desenvolvimento sustentável e seu impacto econômico, ambiental e social. Nesse caminho, a relação entre biodiversidade, ciência e tecnologia tem adquirido maior densidade, ao mesmo tempo que as demandas sociais ganham especial relevância. Surgem novos atores como integrantes de uma rede de discussão sobre as questões ambientais: cientistas, tecnologistas, empresas públicas e privadas, organizações não governamentais, comunidades locais, entre outros. Os próprios processos decisórios passaram a contemplar uma visão mais ampla que envolve não somente a ciência e a tecnologia, mas também a sociedade.

Temas como extinção de espécies, aquecimento global, mudanças climáticas, poluição, desmatamento, resíduos sólidos, desertificação, segurança alimentar, energia, água, biodiversidade e sustentabilidade abrigam em si mais de uma centena de questões que encontram sua complexidade no cruzamento entre todos os tipos de fronteiras, esferas e hierarquias. Consequentemente, as questões ambientais perpassam todos os campos da sociedade, congregando e dividindo determinado coletivo em torno de verdadeiras “causas”.

Assim, a necessidade de os museus abraçarem o tema do meio ambiente e se inserirem nas esferas sociais pública foi preconizada por Davallon et al. (1992, p.75), embora vários teóricos da museologia já viessem afirmando o fato desde a década de 1960. Os autores justificam essa recomendação, uma vez que o ciclo que vai do conhecimento à decisão não é unívoco e simples e encontra no âmbito social o espaço para a constituição das representações e das ações. O conhecimento dos recursos ambientais e sua gestão, a opinião, a tomada de decisão e a ação são operações envolvidas nas representações sociais que farão com que os atores, que são científicos, decisores ou cidadãos, possam se embasar para formar uma ideia, assumir uma posição, decidir e agir sobre uma realidade já mediatizada linguisticamente no campo social.

Dessa forma, a esfera pública existe precisamente para enfrentar questões de interesse coletivo, e nela os mecanismos de expressão propiciam aos membros de uma comunidade estabelecer uma discussão e eventualmente concordarem sobre qual o caminho a seguir. Como afirma Jovchelovitch: “É, de fato, na experiência da pluralidade e na diversidade de perspectivas diferentes, que ainda assim podemos levar a um consenso entre o público, que o sentido profundo da esfera pública se encontra.” (2000, p.49).

O termo ‘público’ significa, para Hannah Arendt, tanto aquilo que é público e pode ser visto e escutado por todos, quanto o mundo como algo que é comum a todos os seres humanos e se diferencia do lugar privado que cada pessoa ocupa nele (ARENDR, 1983, p.59-68). Este comum a todos os seres humanos seria “[...] um mundo de objetos entre aqueles que coletivamente o dividem. Como todo espaço ‘entre’, este mundo de objetos de uma só vez liga e separa os seres humanos. Daí que a esfera pública enquanto um mundo comum estabelece as linhas que tanto ligam, como separam, as pessoas [...]” (JOVCHELOVITCH, 2000, p.49).

Na qualidade de espaço da pluralidade humana, a esfera pública encontra sua expressão no diálogo e na ação comunicativa, e, portanto, em sua conexão com a alteridade. Nela se engendram encontros que fornecem as condições “[...] não apenas para estabelecer as preocupações comuns do presente, mas também para identificar o que o presente deve ao passado e quais as esperanças que nutre em relação ao futuro”. Daí sua importância para pensar o patrimônio meio ambiente no âmbito do museu, um espaço público que possibilita refletir no plano metacomunicacional sobre um patrimônio em projeto, englobando tudo que deve ser conservado, material ou imaterial, em função das gerações futuras. Assim, a esfera pública não existe para apenas uma geração, sua imortalidade “[...] reside em sua capacidade para produzir, manter e transformar uma história preservada em artefatos e em narrativas de ações humanas.” (JOVCHELOVITCH, 2000, p.50-60).

A vida pública, com suas instituições, rituais e significados, é o lugar no qual as representações sociais se desenvolvem e adquirem existência concreta, ao tempo em que também a constituem.

Qualquer pessoa está sempre reatualizando hábitos, modos de vida e sensibilidades herdadas de um passado sempre presente, de acordo com os significados históricos e culturalmente construídos a partir dos quais elabora suas representações (JOVCHELOVITCH, 2000, p.80).

As representações sociais são organizadas em campos que contêm redes semânticas relacionadas aos estoques culturais, que em cada sociedade definem os sentidos e as práticas que circunscrevem a ação e a fala de sujeitos sociais:

As representações sociais são inseparáveis da dinâmica do cotidiano, onde a mobilidade das interações do presente pode, potencialmente, desafiar tradições estabelecidas, abrindo novos sentidos para as tradições vindas do passado. Estes dois aspectos, constância e mudança, são integrais na formação das representações sociais [...] A capacidade para evocar realidades alternativas, através da reflexividade e do diálogo, marca os trabalhos das representações sociais. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.176).

Fundamenta-se aí a necessidade de as representações serem consideradas pela museologia como um compartilhamento de saberes – estes observados em sua totalidade envolvendo seus processos socioculturais que compreendem o cognitivo, o moral, o afetivo e a ação. Esses elementos estão imersos nas “[...] formas de saber e fazer que circulam em uma sociedade” que mesclam os diferentes tipos de saberes, considerados recursos disponíveis para significar a realidade; as normas, vistas como prescrições que orientam a vida de um coletivo; o desejo e a paixão, portadores de sentido ao viver; e o agir, através de processos de falar, relacionar, construir e engajar-se num mundo coletivo (JOVCHELOVITCH, 2000, p.177).

Certamente, o campo teórico aberto nos museus pela possibilidade de trabalhar com representações sociais significa, ao mesmo tempo, a superação de uma visão cientificista e um avanço significativo na direção da compreensão da complexidade de que se reveste qualquer temática em tal espaço. Trata-se, então, da identificação das representações sociais a fim de contribuir para o entendimento das matrizes culturais das quais emergem os conjuntos de significados e ações relativas ao meio ambiente, uma vez que tanto “[...] as representações definem as práticas como essas (re)constroem novas representações” (JOVCHELOVITCH, 2000, p.177).

Na construção de campos representacionais, os sujeitos dão sentido à realidade pela apropriação e interpretação ao tempo em que “[...] dizem quem são, como entendem a si mesmos e a outros, como se situam no campo social e quais são os recursos cognitivos e afetivos que lhes são acessíveis em dado momento histórico” Nas relações da vida cotidiana, as interações entre Eu e Outro estão na base dos processos de construção representacional e identitária (JOVCHELOVITCH, 2000, p.176-177).

O desafio museológico reside em reconhecer e problematizar as representações sociais a partir do seu núcleo de racionalidade e argumentação, uma vez que estão presentes nos espaços institucionais. Essa problematização envolveria indagar acerca de quais elementos influenciam, determinam e condicionam as suas ações, tendo em vista que as representações constituem uma condição das práticas que, embora possam ser contraditórias, imprecisas e ambíguas, também podem se constituir em critérios de racionalidade e argumentação gerados e reproduzidos entre o público.

A noção de experiência como um campo em que se entrecruzam as representações e práticas faz com que qualquer temática abordada nas exposições dos museus possa ser vista como uma construção cultural. Se a sociedade confere a alguns de seus membros um “poder institucionalizador”, como no caso dos museus, estes, se fundamentados nos modelos gnosiológicos, podem se estender para além do conhecimento instituído, tomando sob sua guarda e reflexão as instâncias cognitivas, normativas, sociais e culturais. Em contrapartida, o sujeito, a partir de sua experiência, pode criar e recriar símbolos e significados acerca do seu mundo de vida, incluindo nele os espaços institucionais culturais.

A importância de o museu buscar explorar a forma como uma temática é elaborada culturalmente, reside na possibilidade de “desnaturalizar” uma vivência pelo descentramento do sujeito ante o melhor argumento de outros, num contexto tanto de experiência física, simbólica, representacional e histórica, quanto de justificação, com argumentos expostos circunstanciados a partir de traços identificadores.

Portanto, as representações sociais são um conjunto aberto, heterogêneo, um campo de acordos e de conflitos – em relação a outros tipos de conhecimentos – que é continuamente feito, ampliado, deslocado, transformado durante as interações dos sujeitos de uma sociedade. Essas representações também apresentam limites que se situam na generalidade do seu nível de análise – aspecto que pode ser superado incluindo a dimensão da experiência individual e coletiva dos sujeitos num mundo comum. Percebe-se, assim, a necessidade de articulação entre representações sociais e a experiência. “A ciência explica a experiência, mas não por isso a anula” (CANGUILHEM, 2002, p.160).

Fundamentada nesse argumento, a museologia, ao abordar o meio ambiente, aponta uma nova direção que contempla, simultaneamente, as interfaces entre as dimensões representacionais e vivenciais dos processos de compartilhar o mundo tematicamente. Para tal precisamos ainda compreender como as representações sociais permitem repensar a articulação ciência/mídia/política.

Na visão de Jovchelovitch (2000, p.177), as representações sociais são processos de mediação social ancorados no espaço de intersecção entre o objetivo e o subjetivo, no qual podemos identificar a origem das atividades simbólicas e das próprias representações sociais. O conceito de espaço potencial³³ como espaço de formação dos símbolos possibilita reconhecer uma realidade compartilhada – a realidade do Outro. É no espaço de mediação entre sujeito social e alteridade, no processo de dar sentido e entender o mundo, que as representações sociais emergem e circulam em espaços de realidade intersubjetiva.

Um dos elementos importantes para análise é a relação estrutural entre as práticas comunicativas da esfera pública, as representações sociais e os usos do poder. A constituição tanto das representações sociais quanto da esfera pública encontra nos meios de comunicação de massa, nas conversas e nas narrativas e subsídios informacionais para a elaboração de suas representações.

³³ 'Espaço potencial' é um conceito formulado por Winnicott (1965), elaborado a partir do desenvolvimento de uma criança na transição marcada pela identificação do eu e do não eu, quando o eu e a realidade interna começam a ser um em relação à realidade compartilhada de outros. No espaço potencial, a pessoa pertence aos dois momentos ao mesmo tempo, é o lugar da emergência dos símbolos baseada no reconhecimento da realidade dos outros. Desta forma, Leiman (1992) compreende que este fenômeno transicional pode explicar as transações entre os aspectos subjetivos e objetivos dos espaços intersubjetivos (JOVCHELOVITCH, 2000, p.72/73).

Estas estão sempre permeadas por relações de poder que expressam as lutas simbólicas presentes nas sociedades. Desta forma, o social é subjetivo e objetivo ao mesmo tempo; ele engendra, em sua dinâmica, determinantes históricos, políticos e econômicos que restringem e estreitam as possibilidades de ação humana, mas também abrem novas possibilidades pelo encontro entre o Eu e Outro, quando ao explorar identidades, construir símbolos e expressar afetos é possível “transcender fronteiras institucionalizadas e instituir novas fronteiras”. Assim o social é a arena do jogo entre o subjetivo e o objetivo, e entre a ação e a reprodução, que constituem o social, estando este no centro do processo de formação das representações sociais.

Uma representação é atividade de alguém, que constrói uma substituição mental de algo, que é alter, que é outro, em relação à coisa que está sendo representada. O sujeito e o objeto, portanto, não coincidem. Há uma lacuna entre eles, e, de modo a preencher esta lacuna, emerge a representação. Este processo envolve de uma só vez e pela mesma via um trabalho de ligação e um trabalho de diferenciação entre o Eu e a alteridade. A representação liga o sujeito e o Outro e pelo mesmo processo os separa, pois a representação é algo que ocupa o lugar de que faz as vezes de uma outra coisa. A representação, portanto é uma mediação que liga a presença e a ausência e uma fronteira que, ao separar o que está presente do que está ausente, permite a um sistema de diferenciações emergir. É na encruzilhada de identificações e diferenciações entre sujeito e mundo que as representações são formadas, e é precisamente por esta razão que elas retêm sua potencialidade imaginária e sua referencialidade em relação ao mundo. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.181).

Ao mencionarmos, no início deste capítulo, a proximidade da articulação de Davallon et al. com o conceito de representação de Bruno Latour, percebemos que a definição de Jovchelovitch (2000, p.178-181) nos

permite traçar novas relações que reforçam a aproximação inicial. Neste caso, o termo representação também apresenta um triplo sentido: a representação social, que para Latour envolve as regras e processos de legitimação, também está presente nas representações sociais, uma vez que permeadas por relações de poder que expressam as lutas simbólicas, e por que não dizer de autoridade e legitimação presentes nas sociedades; na representação das questões de preocupação de um mundo comum definidas por Latour, também podemos ver no conceito de espaço potencial um lugar de reconhecimento de uma realidade compartilhada – a realidade do Outro ³⁴ – um processo de dar sentido e entender o mundo, referenciando e argumentando sobre questões que separam porque unem, nestes espaços de realidade intersubjetiva; e na representação como mediação aquilo que “[...] liga a presença e a ausência e uma fronteira que, ao separar o que está presente do que está ausente, permite um sistema de diferenciações emergir”.

Nos espaços públicos, as questões ambientais são representadas, autorizadas, legitimadas e trazidas à luz dentro de um conjunto relevante, suscitando diferenças e disputas que, por isso mesmo, podem reconfigurar as três instâncias de representação, à medida que se repectuariam os procedimentos de autoridade e legitimidade, as questões caracterizadas pelas ‘causas’, ou seja, a *res* que congrega o público em sua volta e a mediação ancorada entre o conhecimento e a ação, a ciência e a sociedade, o singular e o plural.

³⁴ O lugar do Outro na construção da atividade simbólica emerge com o processo de descentramento do eu, conforme analisado por Piaget (1964/1968), no qual o próprio indivíduo constitui o resultado de um processo de socialização; a) em que medida as representações sociais se constroem sobre a atividade representacional do ser humano; e finalmente c) em que medida as representações sociais vão além, e, portanto, se diferenciam do trabalho individual de representação simbólica (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 62-63).

A representação envolve um elemento ativo de construção e reconstrução que supera a divisão rígida entre os universos interno e externo. O ato representacional apresenta algumas características principais: o caráter referencial da representação, seu caráter imaginante e construtivo, sua natureza social, o fato de que as categorias que a estruturam e expressam provêm de uma cultura compartilhada e estas são as categorias da linguagem (JODELET, 1984b, p. 365 apud JOVCHELOVITCH, 2000, p.76).

O sujeito humano constrói, em sua relação com o mundo, um novo mundo de significados. De um lado, é através de sua atividade e de sua relação com Outros que as representações emergem, realizando a mediação entre o sujeito e seu mundo, um mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói. De outro lado, a representação permite a existência de símbolos – estes pedaços de realidade social mobilizados pela atividade do sujeito para dar sentido e formar o meio ambiente que o rodeia (JOVCHELOVITCH, 2000, p.78).

Na perspectiva de Jovchelovitch (2000, p.78), os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, os rituais e processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma, as mediações sociais. Logo, a análise das representações sociais deve concentrar-se sobre aqueles processos de comunicação e vida social que não apenas as produzem, mas que também lhes conferem uma estrutura peculiar. Esses processos são todos processos de mediação social.

Como: mediação distributiva

“Trata-se de lidar com o fosso entre presente e futuro... a presença do risco e da incerteza, o sentimento de urgência da situação e a necessidade de tomada de decisão não pode prescindir da reflexão sobre a gestão dos recursos na qual a mediação possibilita apreender o fosso, compreender o risco, levantar a incerteza a fim de que possamos tomar decisões sobre este patrimônio, agora materializado nos aspectos visíveis e invisíveis de sua materialidade.”
(DAVALLON et al., 1992, p.80, trad. nossa)

Nos museus, o fosso entre presente e futuro envolve conhecimento, gestão e mediação de um meio ambiente pensado como patrimônio. Trabalhar a dimensão deste patrimônio tanto em relação à degradação do “mundo vivido” (passagem de rodovias, implantação de usinas, etc.) quanto os processos do “mundo conhecido” (poluição da água, destruição da camada de ozônio, efeito estufa, desaparecimento das florestas, etc.) tem como desafio lidar com a emergência do “mundo invisível” ao mesmo tempo e em relação com o “mundo visível”. Envolve explorar o paradoxo entre a visibilidade de certos objetos (as coisas da natureza) e a invisibilidade dos processos incluindo aqueles relacionados à apreensão e compreensão requeridas pela ciência e tecnologia, como a própria biotecnologia. Assim, o patrimônio meio ambiente é uma operação de ciência e tecnologia e de gestão na medida em que este não existe fora do conhecimento e da avaliação do estado dos recursos naturais e dos processos invisíveis (DAVALLON et al. 1992, p.74, trad. nossa).

O conhecimento torna-se uma questão social de duas maneiras diferentes e complementares: como ferramenta de gestão e como operador da representação do meio ambiente: “Como questão de decisão e questão de opinião: entre a expertise e o imaginário.”

Nessas condições, trata-se menos do conhecimento como forma de domínio da natureza, característico do modelo ocidental, do que como a construção, pelos sujeitos sociais, de um novo relacionamento homem-natureza que reporta à abordagem técnica e simbólica do meio ambiente como patrimônio (DAVALLON et al. 1992, p.74, trad. nossa).

A gestão se apresenta como um desafio tanto no plano patrimonial como no conhecimento. No último, a tendência a uma estrutura fragmentada e horizontalizada põe em xeque a sua efetividade, em particular pela especialização e pelo isolamento temático das questões do meio ambiente. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) encontra-se, na atualidade, questionando sua estrutura fragmentar de secretariados especializados e voltados para seus temas (a camada de ozônio, a mudança climática, a diversidade biológica, etc.). A perda de interlocução e relação entre os temas e as equipes gera problemas de coordenação pela falta de integração dos conhecimentos produzidos necessários para a gestão do patrimônio material e imaterial. A mesma questão pode ser vista no conhecimento sobre a biodiversidade brasileira, quando diferentes instituições organizam listas de espécies ameaçadas de extinção de modo fragmentar, em que fauna e flora tornam-se um elemento isolado numa base de dados de consulta, mas se encontram e interagem espacialmente num mundo natural.

Nos regimes de conhecimento podemos identificar dois estilos diferentes de conhecer, um voltado para explorar o conhecimento e outro para exploração dos espaços de conhecimento com um interesse comum, a partir de diferentes perspectivas. O primeiro tende a desenvolver estruturas hierárquicas e corporativas, enquanto o segundo, por estar sempre em construção, propicia uma aprendizagem interativa aberta a novos agentes (RAMMERT, 2004b, p.12).

No regime da especialização e explicitação, o conhecimento está associado à “[...] capacidade de reproduzir ou replicar os resultados, produtos e processos”. Contudo, essa capacidade é influenciada tanto pelas pessoas que conhecem quanto pelos meios de comunicação que armazenam e processam informação. Portanto, “conhecer”, como afirma Rammert (2004b, p.15), “[...] refere-se ao fato de que o conhecimento emerge da interação entre o conhecedor e o conhecido”. O autor menciona ainda que “[...] nem colecionar livros nem navegar em arquivos digitais é uma operação suficiente para realmente conhecer alguma coisa”, uma vez que é necessário ser capaz de lê-lo, compreendê-lo e traduzi-lo em ação efetiva a partir da interação. Portanto, “[...] não existe conhecimento explícito sem uma relação enraizada de conhecimento tácito”.

Na sociedade de “explicitação”, percebemos que a cada transformação nos meios de comunicar e processar a informação uma nova dimensão tácita do conhecimento é exigida. Novos métodos, máquinas e meios de comunicação cuja utilização requer conhecimento tácito para tratar e interpretar esses meios, não é de domínio de boa parte da população, que desconhece seus códigos devido à fragmentação entre as diferentes esferas de produção de conhecimento. Assim, conhecimento explícito e não explícito são dois tipos de conhecimento que não podem ser substituídos um pelo outro, e se o primeiro cresce com a especialização, o segundo também, só que fechado nas esferas autônomas com suas regras e rotinas de domínio apenas de peritos altamente especializados. O “círculo de explicitação”, como denominado por Rammert (2004b, p. 16), resume-se na máxima: “Quanto mais conhecimento é explicitado por processos de codificação e de computação, mais aumenta a importância de se apropriar e integrar o conhecimento não explícito”.

Apesar de esse círculo não poder ser resolvido, como ressalta o autor, as sociedades desenvolveram diferentes estilos de saber para lidar com essa relação paradoxal. O regime de especialização funcional tem tendência à abstração, formalização e codificação do conhecimento através de pacotes padronizados de informação para intercâmbio entre as diferentes esferas de ação. O regime de distribuição se apoia no conhecimento situacional e associativo para o intercâmbio e aprendizagem entre os agentes heterogêneos. Segue o modelo de cultivar conhecimento e explorar as relações fluidas entre explícito e não explícito. Segundo Rammert (2004b, p.16):

Ambos os estilos têm em comum o fato de abranger tanto o tipo de conhecimento tácito quanto o explícito. Mas eles diferem na maneira como se relacionam com os dois: o estilo de explicitação é baseado em explicação excessiva e no conhecimento codificado, enquanto o estilo de exploração confia mais na circulação do tácito e na integração informal do conhecimento implícito e explícito.

O estilo de exploração se torna cada vez mais relevante ante o que Rammert (2004b) denomina “círculo das incertezas”, no qual a fragmentação nas áreas de produção do conhecimento limita as soluções padrão de como lidar com a incerteza. Quais as competências, rotinas e experiências necessárias? Quais os conhecimentos explícitos e não explícitos necessários para as soluções dos problemas? Estas perguntas sublinham o problema de incerteza e o fato de que a informação é sempre incompleta e tem de ser interpretada para se tornar conhecimento útil. Assim, ampliar a capacidade e habilidade de um “conhecedor” envolve trabalhar as relações com a diversidade de agentes e as suas perspectivas do conhecimento, além das conexões distribuídas pelas várias esferas de ação. Isto possibilita explorar os diferentes estilos de conhecimento compartilhando as incertezas e os riscos sempre presentes na esfera da ação.

Nesse sentido, agentes científicos, econômicos e políticos e seus diferentes códigos de ação e conhecimento se unem na heterogeneidade e interdependência, a fim de possibilitar a exploração de uma aprendizagem coletiva. Como menciona Rammert (2004b): “[...] o modelo exploratório de conhecimento que é caracterizada por um equilíbrio experimental entre o tácito e o conhecimento explícito torna-se uma condição necessária”.

No âmbito da mediação, o regime de conhecimento distributivo torna-se uma necessidade não somente em termos de produção do conteúdo temático museológico sobre uma questão ambiental a partir de uma “autoridade epistêmica distributiva” (conforme definido por GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2005, p.9), mas, sobretudo, em função de uma nova forma de mediação capaz de perpassar diferentes perspectivas e esferas sociais. Sem um ponto fixo ou uma ancoragem no domínio de uma área do conhecimento, a “autoridade distributiva” circula entre a rede colaborativa para contemplar uma heterogenia em termos da pluralização de perspectivas e práticas em torno do conhecimento.

Na visão de Rammert (2004a, p.97), nas difíceis condições da produção distributiva do conhecimento será necessária uma coordenação que mantenha a diversidade de atores e suas perspectivas e ao mesmo tempo crie uma cultura de confiança e cooperação capaz de subsidiar um tipo de “governança distributiva” apoiado em regras explícitas e em um modelo cultural implícito. Esse modelo não tem por base a acumulação, unificação e padronização racional do conhecimento, uma vez que considera a dispersão de lugares, a distribuição de atores e a pluralidade de perspectivas o que distingue, identifica e enriquece o regime distributivo.

Do ponto de vista de processos de mediação e comunicação em museus, isto implica rever os modelos do *terceiro simbolizante*³⁵ de modo que as ações ou práticas museológicas possam ter uma “governança distributiva” embasada na diversidade de profissionais e equipes a fim de contemplar tanto a pluralidade das áreas de conhecimento quanto de perspectivas advindas dos conhecimentos formais, tácitos e da experiência.

Na temática meio ambiente, caracterizada pelo agir na incerteza, caminhamos para um limite nos cálculos econômicos de riscos e benefícios, a partir de escolhas racionais entre bens cujo valor e custo podem se fazer explícitos. Apesar de o mercado criar estratégias de alianças e parcerias para compartilhar conhecimento e riscos, ele também sofre impactos advindos de múltiplas instâncias, como as políticas de regulação, as normas de segurança, acidentes ou mudanças de valores e estilo de vida (RAMMERT, 2004, p.96). Assim, o processo de gestão inclui evidenciar o risco e a incerteza na tomada de decisão, de maneira tal que conhecimento e patrimônio recebem o status de raro, arriscado e um bem transitório.

Na qualidade de um bem intangível e transitório, o conhecimento acerca do meio ambiente adquire maior valorização quando associado a um patrimônio material, como um recurso natural. Se for certo que o conhecimento intangível constitui um aspecto integral do significado de patrimônio, é igualmente certo que o bem intangível representado pelo meio ambiente é dinâmico e forma “[...] parte de uma conexão cultural viva existente entre passado e futuro que os modifica ao logo do tempo” (DECAROLIS, 2001, p.5). Então, o valor desse conhecimento

³⁵ O conceito de terceiro simbolizante será discutido mais adiante.

intangível cresce e se atualiza quanto maior for o seu uso e em mais diversificados aspectos, enquanto o uso dos bens tangíveis perde seu valor pelo consumo.

Uma política de conhecimento que encoraja a diversidade de atores e perspectivas, cultiva as diferenças dentro e entre as comunidades de práticas, facilita o cruzamento entre disciplinas do conhecimento e mantém abertos espaços e lugares em que a cooperação coletiva entre atores heterogêneos pode se desenvolver, por isso mesmo desafia os processos de mediação a manter e atualizar, de maneira criativa, as articulações provisórias que manifestam a diversidade de atores, opiniões e perspectivas em consonância com os códigos, modelos culturais e procedimentos incorporados sobre determinada questão semântico-territorial que perpassa diferentes arenas e esferas sociais.

Uma governança política do conhecimento, proposta por Rammert (2004a, p.94), ao aportar conhecimento e competência científica e técnica integrados às dimensões éticas e sociais de um tema ou questão, na mediação do museu atua mediatamente no âmbito da reflexividade e do diálogo ante as múltiplas relações reveladas numa totalidade precária, plasma circunstancialmente uma dinâmica da sociedade contemporânea e propicia uma reflexão sobre os valores subjacentes a qualquer escolha de estratégias de ação sobre uma questão no mundo da vida.

Portanto, a ciência entra no museu menos como um corpo estruturado de fatos e leis universais do que como um fórum aberto ao processo de debate e reflexão aprofundada, aproximando-se do museu como espaço de formação de uma opinião pública qualificada, como proposto por Davallon, Grandmont e Schiele (1992).

Mais do que isso, contempla ainda um olhar sobre os processos de gestão pública dos recursos e serviços ambientais, tema importante para os autores diante da complexidade da gestão do patrimônio ambiental para as futuras gerações.

Nessa linha, Fortin-Debart (2012, trad. nossa) exemplifica alguns meios de propiciar o debate e apresentar diferentes olhares sobre a realidade ambiental, que incluem a reconstrução de um parlamento (Exposição do Instituto Real de Ciências Naturais da Bélgica), a criação de um café-debate (Museu Nacional de História Natural de Paris e Museu Etnográfico de Neuchâtel) e a realização de “ilhas de expressão”, quando os visitantes manifestam por escrito as suas opiniões sobre questões controversas (Centro de Ciências de Montreal). Em sua visão, o que está em jogo nessas atividades é propiciar uma análise crítica das perspectivas e das ações para tratar as questões ambientais contemporâneas. Contudo, a autora alerta que a lógica fundamental da exposição de um museu reside na abordagem patrimonial: “Nesta perspectiva, encontrar um equilíbrio entre a dimensão patrimonial e a dimensão crítica constitui talvez o coração da problemática da museologia do Meio Ambiente”.

Na perspectiva de Yves Girault e Cécile Debart (2001, p.148), o museu não deve ser exclusivamente orientado para uma política de transferência de conhecimentos, mas para agir como um espaço público local, apresentando controvérsias, considerando o meio ambiente como uma preocupação social, caracterizado pelo conflito de usos e representações. Esta apresentação é para os autores o pré-requisito para a instauração entre o público de um espírito crítico e uma abordagem complexa das questões ambientais.

Na visão de Davallon et al. (1992, p.55-56), o museu, ao mobilizar a dimensão patrimonial do meio ambiente, tanto como “coisa” quanto como conhecimento, trabalha a sensibilidade ecológica através das representações. Nesse sentido, meio ambiente possui um status intermediário entre o que vai se ver e o que vai se dizer, entre as “coisas” da natureza e o discurso sobre elas. O “ser” do meio ambiente toma a dimensão de “realidade imaginária” através de uma mediação baseada na composição de coisas, processos e representações dentro de uma lógica patrimonial que segue a especificidade da instituição museológica alinhada com seu papel atual na sociedade da comunicação. As representações sociais geradas pelas próprias mediações sociais em todas as suas formas públicas tornam-se uma das dimensões da comunicação deste patrimônio, uma vez que:

[...] a comunicação constitui-se como mediação em um mundo feito de mundos infinitamente diversos, o trabalho constitui-se como mediação entre as necessidades humanas e o material bruto da natureza; o desenvolvimento dos ritos, dos mitos e dos símbolos constitui-se como mediação entre a alteridade e o mistério do mundo e da mente humana: todas estas mediações revelam, em maior ou menor grau, a aventura da busca humana para dar sentido e entender sua própria existência no mundo. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.78).

A objetificação e a ancoragem são as formas específicas de mediação social das representações que transportam para um nível “material” a produção simbólica de uma comunidade. Tanto a ciência e a tecnologia quanto outras formas de saberes e práticas buscam objetivar como meio de condensar significados de maneira a torná-los “domesticados” ou “familiares”.

No processo, os sujeitos sociais “[...] ancoram o desconhecido em uma realidade já institucionalizada e deslocam a geografia de significados estabelecidos que as sociedades lutam para perpetuar” (JOVCHELOVITCH, 2000, p.80). Esse processo se materializa pela mediação nas instituições museológicas.

As representações sociais são forjadas por atores sociais para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo em que cada um vai além das dimensões de sua própria individualidade para entrar em outra dimensão: a esfera pública. Assim, as representações sociais tanto surgem através de mediações como se tornam mediações sociais por expressar a relação do sujeito com a alteridade do mundo. A possibilidade do novo também se ancora nessa alteridade:

É importante ressaltar que as representações sociais, enquanto formas de saber social especialmente ligadas à ancoragem do que é novo, e da diferença implícita que todo novo contém, estão radicadas nas estruturas sociais da modernidade. Elas necessitam da confluência de perspectivas diferentes, dos conflitos, choques e encontros que ocorrem quando diferentes modos de vida passam a coexistir. Típicas, portanto, de esferas públicas des-traditionalizadas, as representações sociais emergem como saberes que possuem flexibilidade para absorver racionalidades diferentes. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.78-80).

Na atualidade, a mediação dos meios de comunicação de massa produz não somente um deslocamento na experiência pública como dá forma aos saberes possíveis que esta experiência desenvolve sobre si mesma. Na visão de Jovchelovitch (2000), esse tipo de comunicação informa e forma a esfera pública, de tal maneira que informação e representação sobre a esfera pública substituem toda e qualquer experiência na própria esfera.

Assim, a esfera pública se define pelas trocas entre informação e bens simbólicos produzidos pela mídia. Entretanto, outras formas de mediação e comunicação na vida social devem ser valorizadas, em particular aquelas que envolvem o encontro direto para o estabelecimento do diálogo que pertencem eminentemente ao mundo de vida.

No plano de um museu voltado para a temática meio ambiente, o desafio é propiciar espaços comunicacionais caracterizados por uma intensa “zona de troca” em que diálogo e experiência se fundem pela mediação social, que relaciona saberes, práticas, valores, expressões e representações pertinentes a diferentes “formas de vida”. Articulá-los é promover uma “composição” significativa dos diferentes olhares e propostas em torno de uma questão ambiental, evidenciando sua complexidade, que não pode ser resolvida sob o ponto de vista de um único argumento de autoridade ante seu caráter eminentemente social pela imbricação das múltiplas dimensões constituintes de uma realidade. Logo, uma mediação que contempla não somente a dimensão social, econômica e ambiental, mas também as questões morais, éticas e patrimoniais, adquire importância nesse feixe relacional de construir as forças que integram a totalidade de uma questão, ainda que de maneira precária e contingente.

No âmbito da mediação, Davallon (2007) identifica nas práticas de informação e comunicação um denominador comum da mediação representado por um “terceiro simbolizante”, em que as mediações designam tanto as operações de tecnicização (mediação técnica) quanto e, ao mesmo tempo, de intervenção da dimensão subjetiva das trocas e interações (mediação social).

Nos diferentes domínios de investigação, o “terceiro simbolizante” tem sua legitimidade advinda da “[...] pertença a um campo diferente dos que ‘mediatizam’ a informação ou os objetos, com vista à sua promoção” (DAVALLON, 2007). Quer seja uma mediação pedagógica, baseada na relação e regulação das interações educativas; uma mediação cultural, apoiada na dupla abordagem dos profissionais mediadores e da ampla mediação de conteúdos culturais; uma mediação institucional, que congrega uma concepção política e sociológica; uma mediação tecnológica, que envolve os processos de tecnicização e os de intervenção subjetiva nas praticas comunicacionais – o terceiro elemento constitui a sua marca distintiva.

Nessa análise, Davallon (2007) identifica quatro características acionais deste “terceiro”: 1) a produção de um ‘efeito’, não instrumentalizado, sobre o destinatário da comunicação; 2) a mudança no objeto, ator ou situação original da mediação devido à integração num outro contexto de uso; 3) o operador da ação, quer da ação humana quer do dispositivo, o que propicia reflexão sobre sua forma e natureza; 4) a ação do elemento terceiro gera impacto sobre o ambiente social no qual ela se situa. Como conclusão, o autor afirma que a noção de mediação surge quando existe a necessidade de descrever uma ação implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos, realizada pelo deslocamento da comunicação para um terceiro. Então a questão que se apresenta reside em qual é a forma e natureza desse terceiro.

Ao propor analisar as teorias de mediação à luz da concepção do “terceiro”, Davallon (2007) aponta três constantes: 1) a definição de mediação a partir dos componentes da intersubjetividade, da linguagem

e do político; 2) o princípio de que a comunicação social é um produto da mediação; 3) e que a mediação se constrói em torno de um ponto de fuga que intervém no processo de comunicação sem o que aqueles que nele participam possam ter controle sobre ele. O autor se apoia na figura do terceiro simbolizante de Louis Quéré e da sua preocupação com a exclusão da natureza simbólica da interação social das abordagens positivistas da comunicação social. Nessa linha, a operação social e simbólica deveria ser contemplada pela mediação tanto quanto aquela de caráter técnico. Sua crítica se dá em decorrência da crescente modificação da objetivação da mediação simbólica³⁶ que intervém em nossa sociedade na direção de ancorar-se em meios e instrumentos técnicos, estratégias e tecnologias sob a égide do caráter instrumental.

A despeito da questão da relação entre mediação simbólica e mediação técnica, segundo Davallon (2007), temos de reconhecer que a mediação se encontra de forma direta ligada ao funcionamento simbólico da sociedade, nomeadamente através do conceito do terceiro simbolizante.

A questão entre as duas mediações esboçadas por Quéré e Davallon merece, a nosso ver, outro olhar diante da sua importância nos museus. Assim, os instrumentos característicos da mediação técnica, como um audiovisual, criam espaços de imersão virtual caracterizado pela fruição sensorial que,

³⁶ Por “objetivação da mediação simbólica” deve-se entender “projeção de uma alteridade”, “[...] a constituição de um lugar outro que marque uma exterioridade do social a si próprio”, ou seja, de um espaço público (dito ainda de outra forma, de um dispositivo de mediação simbólica). A mudança deste processo indica que a objetivação da mediação simbólica já não se realiza sob o modo da opinião pública, mas sob o da cientificidade, ele “[...] assenta, assim, doravante em três suportes: meios e instrumentos técnicos (os do audiovisual, por exemplo); estratégias, cujo sucesso depende do domínio de regras de escolha racional e de um saber analítico que permita previsões condicionais; e tecnologias, isto é, fórmulas que definam as maneiras de proceder no quadro de uma ação racional em relação a um determinado fim, seja em que domínio for” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 108).

apesar de sua apurada estética, dificulta o estabelecimento de pontes com o mundo real, subtraindo a possibilidade de reflexividade nas ações cotidianas. Assim, no contexto do museu, o espaço de representação desengatado de experiências vividas na relação direta do homem com o mundo tende a se encher de fantasias, fechando-se para as exigências de um comportamento ancorado na realidade.

Isto ocorre porque o caráter construtivo e social do espírito humano se dá por meio de uma relação com o mundo mediada por um conjunto de manifestações e práticas acessíveis publicamente e compreensíveis intersubjetivamente. Nesse sentido, o modo como compreendemos a expressão e a ação simbólica é importante para decidir se existe ou não uma relação entre institucionalização e simbolização, e entre institucionalização e racionalidade. Essa questão implica a própria concepção de eticidade, uma vez que as formas de representação e as práticas das instituições contemporâneas podem ou não afetar os atores sociais. A preocupação consiste em saber se as representações simbólicas conseguem gerar deveres manifestos em ações, ou se elas apenas contribuem para que certas ideias obtidas pela razão lancem raízes de natureza essencialmente discursiva nos motivos e na consciência dos participantes (HABERMAS, 1990, p.85-87).

Na visão de Habermas (1990, p.88-89), a tendência de isolar certas impressões numa imagem simbólica opõe-se à tendência de conceituação que busca a generalização e a distinção. Mundos simbólicos, como o do mito ou da comunicação do dia a dia, resultam do jogo convergente de processos opostos, a produção de uma plenitude de sentido plástico e a exploração lógica de um universo de experiência, coeso e dividido em categorias.

No caminho da simbolização, entrelaçam-se dois processos que geram sentido: o primeiro tende à expressão; o outro ao conceito. Porém, nem sempre se estabelece um equilíbrio entre essas duas tendências ou formas simbólicas. Quando a tendência expressiva predomina, o sensível é fixado numa imagem, como é o caso do mito, quando a função enunciativa predomina, a categorização se impõe como abstração articuladora, como é o caso da ciência. Fugindo desses dois polos através do equilíbrio entre elas, a função da representação se instala como no mundo cotidiano e da arte (HABERMAS, 1990, p.88-89). Entre a força convencidora de normas fundamentadas discursivamente e a força de ligação de formas simbólicas, ao museu cabe trabalhar o equilíbrio entre a tendência expressiva e a conceitual, numa relação de complementaridade.

Nessa linha, se resguardarmos o espaço público das mediações simbólicas e argumentativas e compreendermos a mediação técnica como um recurso ou meio sob a égide de uma razão ampliada, podemos trabalhar a comunicação como uma interação complexa e articulada com a vida cotidiana, que envolve um conjunto de processos múltiplos e fragmentados de mediações multilocalizadas (CURY, 2005, p.370).

Ao analisarmos as mediações sociais e técnicas que participam na construção de uma comunicação, podemos identificar que se trata menos dos componentes do que de “[...] uma forma particular de construir a relação, com modalidades específicas de definir, de utilizar, de articular e de acumular as mediações” (DAVALLON, 2007). E como observa esse autor, “[...] a mediação dos saberes constitui um domínio quase específico, que reenvia, por um lado à mediação da informação e, por outro, aos aspectos sociais ou semióticos da comunicação”.

A compreensão dos processos de construção da relação entre o conhecimento e o público e, ao nosso caso, entre o tema meio ambiente e o público, passa por assumirmos que a articulação de “processos múltiplos e fragmentados de mediações” pode estabelecer um jogo mediacional de linguagens que, apesar de imerso numa rede heterogênea dos humanos e não humanos, traduz-se numa mediação multilocalizada baseada num terceiro distributivo, mas que encontra sua interseção numa totalidade contingencial formada pela agregação singular em torno de uma questão semântico-territorial. Nesse contexto, “a articulação dos elementos como um dispositivo singular” constitui em si o “terceiro”.

A informação ambiental na zona de mediação

Na atualidade, o Estado passou a ter um papel normativo ante a proteção e os processos de degradação do meio ambiente. As instituições públicas vêm cada vez mais assumindo a gestão da informação sobre os recursos naturais. Contudo, a informação ambiental é produzida e circula em esferas especializadas, como a academia, a governamental e o setor produtivo, sendo de difícil apropriação pela população, que muitas vezes é a mais afetada localmente pela degradação do meio ambiente (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999).

Essa população tende a permanecer invisível nas políticas públicas que se fundamentam em racionalidades político-administrativas para definir seus programas de atuação nas diversas áreas. Desconhecendo as necessidades locais, as linhas demarcatórias de Estados e biomas separam e homogeneízam, quer seja pela invenção cultural ou natural, quer seja pelas realidades socioambientais. Essas demarcações balizam os planejamentos e programas de ação do governo.

No âmbito do meio ambiente, Albagli (1998) define a importância estratégica da biodiversidade na “[...] passagem de um paradigma técnico-econômico intensivo em recursos naturais para um outro baseado em informação e no uso crescente de ciência e tecnologia no processo produtivo” (ALBAGLI, 1998, p.17). A importância, para a autora, não reside na valorização da vida em si, mas na informação genética passível de ser utilizada como matéria-prima das biotecnologias. Portanto: “A biodiversidade investe-se, assim, de um duplo significado: elemento essencial de suporte à vida e reserva de valor futuro.” (ALBAGLI, 1998, p.17).

Apontando a existência de diversos projetos e estratégias para o meio ambiente e a biodiversidade, Albagli (1998, p.18) manifesta a necessidade de superação da “[...] noção exclusivamente biogeográfica do ambiente”, para tratá-lo como o proposto por Becker (1991; 1997, apud Albagli, 1998, p.18): “[...] resultado da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade”.

No entrelaçamento entre natureza e sociedade, Albagli (1998, p.18-20) propõe um olhar geopolítico para a biodiversidade, uma vez que essa expressa e é “[...] condicionada por diferentes pontos de vista e interesses, os quais projetam e manifestam-se espacialmente, refletindo-se em formas de intervenção igualmente distintas sobre o território, do mesmo modo que exerce influência sobre tais pontos de vista”. Esta abordagem subsidiaria uma análise geográfica de situações sociopolíticas de modo a guiar as ações necessárias de proteção e uso sustentável da biodiversidade, bem como das disputas por uma informação estratégica sobre a biodiversidade que, atualmente, se fazem presentes entre os países com tecnologias de ponta e aqueles detentores da diversidade natural.

A biodiversidade é, ao mesmo tempo,

[...] uma questão ecológica (fator relevante ao equilíbrio ambiental e à reprodução da vida) e técnico-científica (fonte de informação para a biotecnologia e a engenharia genética), caracteriza-se também como questão geopolítica (objeto de estratégias e conflitos que se projetam sobre o território). (ALBAGLI, 1998, p.18-20).

Para além de uma informação ancorada nas dimensões ecológica, técnico-científica e geopolítica, importantes para a gestão do patrimônio ambiental, torna-se relevante refletir sobre de que matéria é feita e de que trama social é entretida essa informação, quando vista do lugar comunicacional dos museus.

A gestão museológica do patrimônio meio ambiente, na perspectiva de sua integralidade, pressupõe reunir em uma “zona de mediação” tanto a sua materialidade quanto a sua imaterialidade caracterizada também pela dupla dimensão na informação, que compreende aquela de conteúdo objetivado e mensurável e a apropriada e ressignificada nos jogos de linguagem das práticas sociais (FERNANDES; SALDANHA, 2012).

A gestão dos recursos naturais e das coleções científicas correlatas demanda à informação um caráter estratégico, útil e “[...] passível de controle a partir de modelos estatístico-matemáticos, na perspectiva de unidade objetivada do conhecimento estruturado (o científico) e que, portanto, se presta ao estudo de regularidades.” (FERNANDES; SALDANHA, 2012, p.6).

A dimensão foi explicitada como objeto de gestão pelo governo federal na Agenda 21³⁷, em 1997, ao propor algumas ações para a informação estratégica, dentre elas: melhoria dos métodos de avaliar e analisar os dados; estabelecer um arcabouço institucional, em níveis nacional e internacional, para possibilitar a integração entre informações ambientais e informações para desenvolvimento; e estabelecer padrões e métodos para o manuseio da informação. A preocupação foi estendida aos mecanismos de suporte para prover as comunidades locais e os usuários de recursos naturais com a informação e a experiência necessárias para gerir o ambiente e os recursos de maneira sustentável.

Tal orientação foi objeto de ações específicas no âmbito da gestão das coleções científicas do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 2005, a instituição promoveu um avanço na extensão, organização e uso da informação a fim de propiciar a análise do estado do conhecimento sobre a biodiversidade. O Projeto de Informatização do Acervo do Herbário tinha como premissa o compartilhamento dos dados com outras instituições, congêneres ou governamentais, para uso em programas de conhecimento e conservação de nossa biota (JARDIM BOTÂNICO, 2012). Em 2008, a gestão dos recursos naturais caminhou para a criação de um Centro Nacional de Conservação da Flora com a responsabilidade de geração, coordenação e difusão de informação sobre biodiversidade e conservação da flora brasileira ameaçada de extinção.

³⁷ Em 1997, o governo federal criou a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21 com a finalidade de elaborar estratégias e ações nacionais para o modelo de desenvolvimento sustentável (TAVARES; FREIRE, 2003).

A meta deste centro é “[...] organizar e gerenciar informações científicas disponíveis sobre espécies da flora brasileira, por meio de um sistema de informação voltado para conservação e capaz de subsidiar as avaliações de risco de extinção, bem como o processo de planejamento de ações.” (JARDIM BOTÂNICO, 2012). Um de seus objetivos era assegurar que a metodologia adotada permitisse a padronização dos esforços nacionais, dentro de um rigor científico para as análises. A lista das espécies ameaçadas de extinção obedece primeiramente a critérios biológicos para avaliação dos riscos de extinção das espécies, sendo posteriormente submetida a critérios econômicos, sociais e políticos, de modo a promover a instrução normativa de caráter regulatório, que reconhece a lista “vermelha” oficial.

Do ponto de vista da comunicação museológica acerca do patrimônio ambiental, a dimensão material com seu conteúdo objetivado e mensurável possibilita a compreensão tanto do estado do conhecimento da biodiversidade e dos processos vitais capazes de conservar a sua dinâmica ecológica quanto dos conflitos políticos-territoriais e da grandeza do desafio da humanidade na conservação das formas de vida do Planeta que, em última instância, suportam a nossa própria espécie. Promover a constante atualização das informações sobre a gestão dos recursos naturais significa também estabelecer um processo de confiabilidade com o museu a partir de uma objetividade sustentada pela dimensão cognitiva. Contudo, se essa informação no museu subsidia a elaboração de “escalas” e “gradientes” sobre os quais se torna possível mensurar a materialidade ambiental do mundo físico, pouco eficaz será nas outras dimensões da sociedade.

Apesar de a informação científica e tecnológica ambiental, proveniente das estruturas informacionais acadêmicas e governamentais, ter papel fundamental na conservação de ambientes naturais e artificiais e na produção de conhecimento científico, permanece ainda pouco permeável à sociedade e, sobretudo, às populações locais, objeto das políticas públicas ambientais. Do mesmo modo, essa informação como “reduzora de incertezas” para a tomada de decisão pela sociedade só será efetiva nas esferas científicas e governamentais, pelo fato de sua linguagem matematizante ser descolada de um contexto sociocultural permeável ao cidadão e passível de subsidiar sua ação no mundo (FERNANDES; SALDANHA, 2012).

Sem dúvida, os critérios de eficácia atrelados à produção de ciência e tecnologia conferem um valor à informação característico de um modo de racionalização que a reduz a uma mercadoria e a coloca como insumo para cadeias produtivas. Contudo, o “lugar” museu configura uma zona de mediação que abarca a informação no seu caráter de mediação, reconfigurando a sua materialidade e a imaterialidade sob o ponto de vista da relevância da sua integralidade na comunicação com o público, abarcando a compreensão, apropriação e ação no mundo da vida.

Nesse caminho, o conceito de informação se encontra relacionado aos modos sociais de sua produção e apropriação, perpassados por vieses éticos e políticos. Reconfigurar a linguagem matematizante da informação significa inseri-la em contextos socioculturais como, por exemplo, transformar a dimensão numérica de uma área de 1,3 milhão de m² em foto aérea do local com uma arte gráfica que evidencia que ela equivale à área de 12 complexos do Maracanã – dimensão essa possível de apropriação pelo público.

Na visão de González de Gómez (1996, p.84), é parte das condições comunicacionais a existência de um valor da informação partilhado pelos participantes, “[...] assim como é necessário à informação ‘fazer sentido’ nos contextos da vida e de ação dos destinatários da comunicação”. Logo, a comunicação resulta das dimensões das “[...] condições pragmáticas de aceitação e reconhecimento do valor da informação”. O último é construído nos contextos das práticas no mundo da vida, através das suas regras e dos processos de validação. Esse olhar coloca em xeque as ações comunicacionais desenvolvidas pelos museus de distribuição “[...] regulada, assimétrica e hegemônica da informação”, nas quais se atribui um valor à informação independente dos contextos das práticas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996; FERNANDES; SALDANHA, 2012, p.12).

Se é certo que os museus atuam na acumulação e gerenciamento de valores de informação no plano metainformacional, também é certo que nas ações comunicacionais buscam, através de uma “zona de mediação”, enriquecer seu discurso com diferentes jogos de linguagens e negociações das práticas do mundo da vida³⁸ característicos do plano informacional.

Nesse panorama, González de Gómez (1999) assegura que é necessário o “[...] entrelaçamento entre a esfera da vida privada e a esfera pública” o que tornaria possível a articulação e ancoragem dos “discursos de uma racionalidade político-administrativa e dos discursos existenciais e críticos da racionalidade intersubjetiva, expressiva, valorativa”.

³⁸ Segundo Fernandes e Saldanha (2012, p.14), a concepção wittgensteiana de “jogos de linguagem” fundamenta seu conceito de “valor de informação”. O termo, alternativamente à informação, aponta que o valor da informação depende de critérios que se estabelecem a partir de regras e normas de reciprocidade nas esferas de prática do mundo da vida, em diálogos e negociações, quer dizer, processos de significação negociados.

Para tal, a autora propõe a constituição de redes de comunicação e de intercâmbios capazes de articular os diferentes planos de ação e de discurso. Se pensarmos nos processos distributivos dessas redes, percebemos que elas guardam uma aproximação com o papel dos museus na contemporaneidade. Nas palavras da autora:

Essas ‘esferas de mediação do singular pelo coletivo’, passariam a formar redes densas e heterogêneas, como uma das instâncias fundamentais de entrelaçamento de perspectivas, sendo às vezes espaços coletivos e de copresença (praças, clubes, igrejas, associação de moradores) ou abstratos e extensos (jornais, revistas) ou digitais e interativos (como as listas de discussão na Internet). Essas esferas coletivas ou ‘públicas’ seriam não só transmissoras de conhecimento ou divulgadoras de conhecimento, mas também geradoras de conhecimentos. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999).

Contudo, tais instituições museológicas, pelo seu caráter público, são propensas não apenas a plasmar, mas sobretudo a instituir formas de “ser no mundo” que remontam às disputas hegemônicas políticas e éticas, por vezes distantes dos critérios socioculturais de valoração da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1994). Na visão dessa autora (1995, p.84), o conceito de relação ganha ênfase pelos fluxos estabelecidos entre os planos informacionais, uma vez que uma ação de informação pode transitar pelos diferentes planos, sendo apropriada e recriada de acordo com as regras e relações tecidas em cada dimensão, ou ainda,

E é esse ‘desencontro’ da informação com ela mesma, o fato de que ela pode doar uma ‘alteridade’ a uma teia autossuficiente de significados – a custa de perder-se e recriar-se constantemente como forma do alter, o que fica aberto nos jogos substantivos das narrativas, como fluxos de dados e experiências de texturas intrincadas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p.121).

O conceito de relação também transparece ao ressaltar que a informação envolve as suas pragmáticas sociais, ou a metainformação e suas relações com a informação e, portanto necessita ser pensada num “[...] um conjunto de regras e relações tecidas entre agentes, processos e produções simbólicas e materiais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p.121).

Os subsídios conceituais fornecidos pela autora instigam à reflexão sobre o papel da informação na “museologia de relações”, proposta por Jean Davallon et al. (1992), para lidar com o patrimônio ambiental. Em nossa concepção, não cabe mais pensar em configurar uma “[...] trama resultante da relação entre fatos e heurística, informação e contexto”, mas na informação que parte de um “meio ambiente socialmente definido” para articular as suas múltiplas dimensões tendo como eixo a sua musealização.

Reunindo os processos, os estados e as representações sobre o meio ambiente, a “museologia de relações” possibilita também instaurar um processo de transformação no conceito de informação ancorado na sua dimensão material, para contemplar sua imaterialidade caracterizada por um “[...] conjunto de regras e relações tecidas entre agentes, processos e produções simbólicas e materiais”. Tal ampliação possibilita colocar em questão o valor dos artefatos de informação³⁹ museológicos através de ações comunicativas baseadas em processos argumentativos capazes de construir integração social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009). Nos processos de mediação comunicacional, a construção de integração social passa pela negociação das questões de autoridade, validade e relevância da informação nos museus.

³⁹ A produção de um valor de informação se daria em um fluxo entre o plano informacional, o plano metainformacional e o plano dos dispositivos. O último reúne e medeia os estoques de informação empacotados, ou artefatos de informação, e deixa-os ao dispor para reutilização, com base em modelos técnicos que embutem critérios de valor (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000).

Na “zona de mediação”, a relação entre informação e cultura se torna cada vez mais evidente na contraposição de pontos de vista para a elaboração de uma abordagem museológica acerca de uma temática. Na construção da informação, as práticas e representações sociais dos agentes subsidiam a instituição de significados, os quais precisam estar circunstanciados histórica e culturalmente, a fim de evidenciar os lugares dos quais tanto cada agente constrói seus valores quanto a mediação produz uma “articulação significativa” dessa diversidade. É certo que a informação resulta da articulação das ações de mediação que tende a ocultar os critérios de seleção e ordenação de sentidos, mas que tem no seu objetivo informacional e comunicacional o seu fundamento maior. Assim, a possibilidade de “apropriação autoral” dessa informação, “[...] materialmente construída e perpassada por dimensões institucionais”⁴⁰ na forma do agir em contextos socioculturais justifica a produção de camadas de mediação, elaboradas através de processos de argumentação e negociação, e que encontra o mesmo destino nas “zonas de troca”⁴¹ dos museus na busca pela sua resignificação e criação no mundo de vida.

As “zonas de troca” foram definidas por Rocha (2008, p. 268-273) como um espaço de interlocução nas exposições, espaço criado pelas ações comunicacionais e mediacionais em que predomina a intersubjetividade

⁴⁰ Expressão utilizada por Fernandes & Saldanha (2012, p.12).

⁴¹ Marteleto (2010, p.39), citando Vechi (2005), menciona a complementaridade dos processos de informação e comunicação, nos quais a informação corresponde ao aporte de um conteúdo novo por um emissor, e os dados informacionais uma vez reconhecidos e compreendidos por um receptor, provocam, em retorno, a emissão de novos dados nas mesmas condições e mediações mobilizadas no processo de compreensão. E define esse processo como comunicação, no qual as partes interessadas possuem entre si uma “zona de intercâmbio” na qual a comunicação se produz.

caracterizada pela produção cooperativa dos participantes, a qual produz a vinculação entre o uso comunicativo da linguagem nas suas diferentes dimensões e a responsabilidade com a ação social, uma vez que ancora a comunicação nas práticas do mundo de vida. Assim, através dela pode-se ir além da reificação das estruturas, dos agenciamentos, dos objetos e dos sujeitos, uma vez que é sempre uma troca no processo de vir a ser.

No processo de elaboração de uma temática expositiva, as “zonas de trocas” são viabilizadas nas exposições a partir do trabalho anterior de geração de “zona de mediação” definida aqui como um espaço de processos múltiplos e fragmentados de mediações articulados por um terceiro distributivo numa totalidade contingencial em torno de uma questão semântico-territorial.

Destacamos que Marteleto (2010) define um terceiro elemento nas comunicações das redes sociais, que denomina “zonas de mediações”, a partir de três dimensões:

(a) A dimensão propriamente social e comunicacional, que permite traçar os elos, as interações e as motivações dos atores em função do convívio (concreto ou virtual) e dos interesses e dos objetivos compartilhados.

(b) A dimensão linguística e discursiva, na qual se observam os diferentes recursos cognitivos e informacionais que os atores acionam no compartilhamento de questões e em suas soluções.

(c) A dimensão de produção de sentidos, que se visualiza quando os elementos interativos, comunicacionais, informacionais e cognitivos clareiam uma zona de encaminhamento das ações individuais e coletivas. (MARTELETO, 2010, p.39).

As dimensões das redes sociais possibilitam ampliar o olhar sobre essa “zona de mediação”, comunicacional e informacional dos museus, compreendendo as dimensões subjacentes às “múltiplas mediações” que buscam definir socialmente os elos, interesses e motivações dos diferentes agentes em torno de uma questão ambiental ao tempo em que plasmam museograficamente os recursos cognitivos e linguísticos como forma de evidenciar seus argumentos e vivências acerca do problema. Tudo isso com o propósito de ampliar a possibilidade de produção de sentidos pelo público buscando que os recursos informacionais disponibilizados sejam capazes de ser apropriados autoralmente a fim de refletir e conduzir suas ações no mundo.

Ressaltamos que muito se escreve sobre a necessidade de disponibilizar informação sobre o meio ambiente, mas pouco espaço tem sido dado para o devolvimento de competências críticas e éticas ambientais. O próprio ato de informar gera implicações éticas – em particular, quando situamos a informação no contexto das práticas sociais dos sujeitos.

Quando Freire (2010, p.7) pergunta se um homem mais bem informado é necessariamente um homem melhor do ponto de vista moral, ou ainda se uma sociedade mais bem informada é, com efeito, uma sociedade mais justa, não importa tanto as respostas dadas, mas constatar que subjaz às perguntas o pressuposto associativo da informação como insumo do conhecimento, inserido no contexto de um processo civilizatório que encontra na episteme e na razão os seus processos de valoração da verdade, mas que não constitui fundamento para as escolhas morais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2010, p.148-149).

Ao se inter-relacionar nas “zonas de mediações” diversos agentes sociais, suas representações e valores sociais, seus recursos e ações oriundos de distintas culturas discursivas está-se apresentando um quadro complexo que implica o acionamento de uma razão prática que se desdobra no seu uso pragmático, ético e moral, não podendo mais se apoiar somente na dimensão epistêmica da razão.

No âmbito do meio ambiente, a complexidade das questões envolve a solução de problemas práticos, éticos e morais. Segundo Habermas (1989, p.5-6)⁴², os problemas práticos envolvem uma escolha racional dos meios, orientada para fins a partir das metas dadas ou de sua ponderação a partir das preferências já estabelecidas por desejos e valores. A informação empírica serve como apoio “sob a perspectiva da eficiência”. Como esclarece González de Gómez (2010, p.151), “[...] a informação entraria como recurso e deveria atender as demandas de confiabilidade e objetividade: a dimensão cognitiva pareceria predominar sobre preferências e valores morais”. Na visão de Habermas (1989, p.6), “[...] as decisões triviais ou fracas sobre a preferência não exigem fundamentação”.

Quanto aos problemas que demandam decisões fortes, eles demandam um autoconhecimento na resolução de uma questão ética: “saber que vida se gostaria de ter”, “que tipo de pessoa se é” e que tipo “se gostaria de ser”. Nessa autocompreensão, estariam mesclados tanto os “componentes descritivos da gênese da história de vida do eu” quanto “os componentes normativos do ideal do eu” (HABERMAS, 1989, p.6-7).

⁴² Habermas profere uma conferência na Universidade de São Paulo (USP), em 1989, com o título “Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática”.

Na perspectiva de González de Gómez (2010, p.151-152), isto envolve “[...] apropriar-se da biografia, das tradições e dos contextos culturais de formação de identidade” ao tempo em que a informação teria que manter as escolhas, a decisão de uma vida autêntica ou ilusória na direção de uma vida boa.

Nos problemas morais, as valorizações estariam ancoradas nos contextos socioculturais, mas “[...] as normas morais deveriam ter o caráter universal e incondicionado de um imperativo categórico”⁴³, de tal forma que a moralidade transcende a definição da “vida boa” para estabelecer princípios de justiça (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2010, p.152).

Percebemos, assim, que o entrelaçamento da pragmática, da ética e da moral evidencia não somente a necessária permeabilidade entre essas dimensões, mas o potencial de a informação atuar como um “dínamo” que confere força, potência e circularidade na manutenção da dinâmica das ações coordenadas de caráter coletivo que perpassam diferentes planos e racionalidades. Essa propriedade qualifica a informação como uma instância relacional capaz de lançar pontes entre as diversas dimensões que subjazem à complexidade de uma questão ambiental.

Essas pontes também podem ser lançadas para articular, na “zona de mediação” diferentes representações sociais éticas acerca do meio ambiente que tem seu reflexo nos discursos e práticas educativas museológicas.

⁴³ O imperativo categórico, segundo o qual uma máxima é justa apenas se todos podem querer que ela seja seguida por cada um em situações comparáveis, é o primeiro a romper com o egocentrismo da “regra de ouro” (“Não faças a ninguém aquilo que não queres que te façam”). Cada um “tem de” (muss) poder querer que a máxima de nossa ação se torne uma lei universal.

Conforme elencado por Lucie Sauvé (1997, trad. nossa), o meio ambiente visto como a natureza que evoca os seus aspectos “originais” ou “intocados” para ser apreciado, experimentado, respeitado e preservado, do qual estamos dissociados e no qual devemos “[...] aprender a se relacionar para enriquecer a qualidade de ‘ser’”. O meio ambiente deve ser visto como recurso biofísico que sustenta a nossa qualidade de vida e que deve ter uma gestão patrimonial, característica das unidades de conservação, assegurando os recursos para a geração atual e para as futuras gerações. O meio ambiente visto como um problema para ser resolvido em função dos impactos gerados e da conseqüente perda de sua qualidade no suporte da vida. Processos de identificação, diagnóstico, análise, planejamento e solução evidenciam o enfoque pragmático desta abordagem. O meio ambiente visto como um lugar para se viver, o nosso ambiente caracterizado pelos seres humanos nos seus aspectos socioculturais, no qual devemos aprender a apreciar e desenvolver o senso de pertencimento ao local que habitamos. O meio ambiente visto como a biosfera, “[...] onde devemos viver juntos, no futuro”, objeto de uma consciência planetária que remete as múltiplas dimensões do mundo, e valoriza as cosmologias que revelam a profunda ligação do ser humano com a Terra. Por fim, o meio ambiente visto como projeto comunitário da coletividade humana que envolve a solidariedade, a democracia e a participação.

Assim, a autora destaca um Fórum das Questões Ambientais como o local propício para reunir os cidadãos em torno de um problema especial “[...] para identificar elementos de consenso que possam conduzir à elaboração e à implementação de soluções adequadas”. A autora menciona que para cada representação particular, o foco pode ser enriquecido por outra concepção, ou ainda “[...] pela combinação dos

elementos característicos de dois ou mais arquétipos. As seis concepções são eminentemente complementares e podem ser combinadas em diversos caminhos” (SAUVÉ, 1997).

Na zona de mediação, as representações sociais do meio ambiente ampliam o arsenal para a articulação singular da rede de relações entre as pessoas, a sociedade e o meio ambiente, rede esta voltada para uma ética da responsabilidade, como menciona Lucie Sauvé (1999, p.30), que favoreça a constru o crítica dos conhecimentos e o desenvolvimento de a es relevantes. Essa visão encontra no entrelaçamento da pragmática, da  tica e da moral, o substrato necessário para pensar sobre uma “ tica das rela es” como um princípio norteador das a es mediacionais.

Assim, ao longo do texto, procuramos apresentar algumas questões transversais aos museus e que mereceram uma reflexão de mapeamento de vasto território ainda por ser explorado na sua diversidade e integralidade. A última se aplica por entendermos que as variadas dimensões e perspectivas desta explora o e suas imbricadas rela es podem levar a uma fertiliza o de modo a abrir em si outros territórios a serem desbravados.

Se o museu   um espaço de representa o dos seres, das coisas, do mundo e das rela es, como afirma Meneses (2002, p.23), o campo temático territorial do meio ambiente ao entrar nos museus o atravessa com feixes relacionais, contingenciais e transit rios, caracterizados por outro tempo e espaço, mais acelerado e distante, de produ o e difusão de conhecimento, que traz desafios ao ritmo e   espacialidade dos processos museológicos. Se o conhecimento sobre as coisas, os processos e os estados possibilita trabalhar o imaginário do meio ambiente na

esfera social, aos museus cabe instaurar novos processos oriundos das múltiplas relações com o transitório, que estabelece diálogo com um passado, presente e futuro, mas que busca nos adensamentos dos fluxos sociais refletir sobre um conhecimento e patrimônio em constante devir.

Neste sentido, acreditamos que as questões delineadas deveriam incluir novos aspectos deste lugar institucional denominado museu, em particular, da densidade deste lugar num mundo cada vez mais fluido.

Referências

ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. 1998.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHER, Y. *Acting in an uncertain world, an essay on technical democracy*. Cambridge: MIT Press, 2009.

CROIZIER, C.; GOFFIN, L. Les relations entre éducation et formation en environnement: un champ de recherche. In: EDUCATION RELATIVE A L'ENVIRONNEMENT, REGARDS, RECHERCHES, REFLEXIONS. Luxembourg: Fondation Universitaire Luxembourgeoise, 1998-1999. v.1

CURY, M. X. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. *História, Ciências e Saúde*: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p.365-380, 2005. Museu e Ciência: 4º Congresso Mundial de Museus e Centros de Ciência.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo. *Revista Prisma.Com*, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645>>. Acesso em: 13 set. 2012.

_____. Le patrimoine comme référence? *Les cahiers du Musée des Confluences*, v.1, La Référence, 2008. p.41-49. Acesso em 10/04/2012. Disponível em: <http://www.museedesconfluences.fr/musee/publications/publications_scientifiques/cahiers_museedesconfluences/cmdc_v1_p2_a1.pdf>.

DAVALLON, J.; GRANDMONT, G. ; SCHIELLE, B. *L'environnement entre au Musée*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1992. (Collection Muséologies).

DECAROLIS, N. *Patrimônio tangível e intangível, un delicado equilíbrio*. Buenos Aires : ICOFOM LAM, jun. 2001. Documento de trabalho n. 1, Encuentro XIII. Disponível em: <http://www.ilam.org/ILAMDOC/sobi/Decarolis_Patrimonio%20tangible%20e%20intangible-Pat.pdf>. Acesso em : 20 mar. 2012.

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992. Trad. da Rio Declaration, United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brasil, 3-14 de junho de 1992. Documento não traduzido oficialmente pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraRioMA.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

FERNANDES, G.; SALDANHA, G. S. Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. *PontodeAcesso*, Salvador, v.6, n.1, p.2-31, abr. 2012.

FORTIN-DEBART, C. Le Musée de Sciences Naturelles, un partenaire de l'école pour une éducation relative à l'environnement: du message scientifique au débat de société. *Vertigo: La Revue Electronique en Sciences de l'environnement*, v. 4, n. 2, octobre 2003. Mis en ligne le 24 novembre 2008. Disponível em: <<http://vertigo.revues.org/4494?lang=pt>>. Acesso em : 15 jan. 2012

_____. *Contribution à l'étude du partenariat école-musée pour une éducation relative à l'environnement: tendances et perspectives de la médiation muséale pour une approche critique des réalités environnementales*. 2003. Thèse (Doctorat en Muséologie) – Muséum national d'Histoire naturelle, Paris, 2003.

FREIRE, G. H. A. « Apresentação ». In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO. *Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações*. 18 a 19 de março de 2010. João Pessoa: Ideia, 2010.

GALISON, P. Culturas etéreas e culturas materiais. In: GIL, Fernando (Coord.). *A Ciência tal qual se faz*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Edições João Sá da Costa Ltda., 1999.

GIBBONS, M. et al. *New production of knowledge*. London: Sage, 1994.

GIRAULT, Y. ; FORTIN-DEBART, C. Le musée forum, un difficile consensus: l'exemple du Muséum national d'Histoire naturelle. *Quaderni*, v.46, n.46, p.147-162, 2001.

GONZALEZ de GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, v. 19, p. 117-122, 1990.

____. Além do estado e do mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 118, n. 3, p.150-153, 1994.

____. A Informação: dos estoques às redes. *Ciência da Informação*, v. 24, n.1, p. 77-83, 1995.

____. Da organização do conhecimento às políticas de informação. *Informare*, v.2, n. 2, p.58-66, 1996.

____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Ano 1, n. 1, p. 67-93, abr. 1999.

____. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*, v.32, n.1, p.60-77, 2003.

____. A vinculação dos conhecimentos: entre a razão mediada e a razão leve. *Liinc em Revista*, v. 01, n.00, p. 1-21, 2005.

____. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. In: BRAGA, G.; PINHEIRO, L. V. R. (Org.). *Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento*. Brasília: IBICT/Unesco, 2009. p.177-204.

____. Perspectivas em ética da informação: acerca das premissas, das questões normativas e dos contextos da reflexão. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO. *Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações*. Org. Gustavo Henrique de Araujo Freire. João Pessoa: Ideia, 18 - 19 mar. 2010.

HABERMAS, J. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. *Estudos avançados*, v.3, n.7, 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a02.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n.118, p.189-206, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

JARDIM BOTÂNICO. *Projeto de informatização do acervo do herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico, [200-]. Disponível em: <<http://jabot1.jbrj.gov.br/jabot1.htm>> Acesso em: 12 set. 2012.

_____. *Centro Nacional de Conservação da Flora*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico, [200-]. Disponível em: <<http://cncflora.jbrj.gov.br/>> Acesso em: 12 set. 2012.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KNORR-CETINA, K. *The manufacture of knowledge: an essay on the constructivist nature of science*. [S.l.]: Pergamon Press, 1981.

_____. *Epistemic Cultures: how the sciences make knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

_____. Sociality with objects: social relations in postsocial knowledge societies. *Theory, Culture and Society*, v.14, n.4, p.1-30, 1997.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia y estratégia socialista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LATOURET, B. From realpolitik to dingpolitik: or how to make things public. In: LATOURET, B.; WEIBEL, P. (Ed.). *Making things public: atmospheres of democracy*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005a. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/96-DINGPOLITIK2.html#_ftn2>. Acesso em: 5 out. 2005.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

MACEDO; E.; ARAÚJO, F. M. B. Notas para uma agenda de pesquisa sobre as arenas burocráticas nas políticas curriculares. *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.2, p.51-67, 2009.

MARTELETO, R. M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 3, n. 1, p.27-46, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/26/56>>. Acesso em: 4 out. 2012.

MENEZES, U. T. B. O museu e o problema do conhecimento. In: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS: pesquisa e documentação, 4., 2002. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 17-39.

POLANYI, M. *The tacit dimension*. London: Routledge and Kegan Paul, 1966.

RAMMERT, W. The rising relevance of non-explicit knowledge under a new regime of knowledge production. In: THE GOVERNANCE OF KNOWLEDGE, New Jersey: Transactions publishers, 2004a, p.85-102.

_____. Two styles of knowing and knowledge regimes: between “Explicitation” and “Exploration” under conditions of “Functional Specialization” or “Fragmental Distribution”. *TUTS-WP-3-2004: Working Papers*. Berlin: Technical University Technology Studies, 2004b.

ROCHA, L. M. G. M. Construindo novos planos de interatividade: proposta teórico-metodológica de ação comunicacional e informacional nas exposições dos museus de ciência. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Musealizar o transitório: O adensamento das relações entre tempos e espaços*. Relatório (Pós-doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, 2012.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. *Revista de Educação Pública*, v.10, jul/dez, 1997. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_ambiental_e_desenvolvim.html>. Acesso em 12 set. 2012.

_____. Environmental Education Between Modernity and Postmodernity: Searching for an Integrating Educational Framework. *Canadian Journal of Environmental Education*, n.4, 1999.

SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO. *Ética da Informação*: conceitos, abordagens, aplicações. Organização: Gustavo Henrique de Araujo Freire, 18 a 19 de março de 2010. João Pessoa: Ideia, 2010.

TAVARES, C.; FREIRE, I. M. Informação ambiental no Brasil: para quê e para quem. *Perspectivas Ciência da Informação*, v. 8, n. 2, p.208-215, jul./dez. 2003.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 222 p.

Science, technology, policy and communication: the challenge of communicative action in museums facing new forms of producing and distributing knowledge

The thematic field of the environment will be the object of our reflection both for this involve, in actuality, the articulation of science, technology, policy and management, as to be a social issue facing the integration that enables new relations man/nature. As the environmental heritage does not exist outside of knowledge and assessment of the state of natural resources and invisible processes, our analysis lays in the modes of this articulation in museums communication, in particular the rules of legitimacy and authority of social production of knowledge which institutionalize the disciplines, specializations and fields. Museums have their conceptual alignment according to the mode of production and dissemination of knowledge arising from the theme to be treated and at the same time, its relevance in society, for being a social space where circulates knowledge, decisions and actions that make sense to different groups. To this end, we discuss the concepts of “knowledge system” Werner Rammert of “representation” of Bruno Latour, “mediation” Jean Davallon and “information” Maria Nélide González de Gómez.